



Anais da Assembléia

Nº 84

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 10 DE AGOSTO DE 1983

ANO IX

RESOLUÇÃO Nº 32/83

DATA: 09 de Junho de 1.983
SÚMULA: Determina o arquivamento de Proposições apresentadas na legislatura anterior e que não tenham atingido a fase de votação pelo Plenário desta Casa.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Serão arquivadas, mediante despacho da Presidência, as proposições apresentadas na Legislatura anterior, sem aprovação, cuja tramitação não tenha atingido a fase de votação.

§ 1.º — O autor da proposição ou, na sua falta, os líderes de bancadas, poderão solicitar, mediante requerimento à Presidência, dentro do prazo de 15 (quinze) dias da publicação dessa resolução, o prosseguimento da tramitação da proposição, cujo andamento legislativo se pretenda manter.

As proposições referidas neste artigo serão relacionadas pelo Departamento Legislativo e encaminhadas à Comissão Executiva e às lideranças partidárias, enquanto não se esgotar o prazo previsto no parágrafo anterior, e terão suas tramitações suspensas junto àquele Departamento.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 09 de junho de 1983

TRAJANO BASTOS

PRESIDENTE

JUSTIFICATIVA:

Tramitam, com efeito, junto às diversas Comissões Técnicas e Seções do Departamento Legislativo, numerosas proposições, que, por várias razões, perderam a oportunidade e interesse, inexistindo, dessa forma, motivo para serem submetidas à deliberação do Plenário.

Prende-se, pois, com a presente medida, acompanhar a praxe já consagrada nesta Casa, com o objetivo de agilizar o processo legislativo e não sobrecarregar o Plenário com matérias que, por sua natureza e finalidade, já perderam a oportunidade.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 78ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 1983

QUARTA-FEIRA

Presidência do senhor deputado Trajano Bastos, secretariada pelos senhores deputados Nelson Buffara e Paulo Furiatti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto

Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pesutti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tugiuo Setogutte, Wilson Fortes. (57). Achando-se em licença o senhor deputado Ervin Bonkoski. (1).

Verificada a existência de número legal, o sr. presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está em discussão a ata que acaba de ser lida.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — (Para discutir) — Apenas uma observação, no sentido de que se faça retificação da ata, porque ela afirma que o Mandato de Segurança, impetrado contra uma determinada lei federal, foi do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura e Agronomia, mas na verdade o Mandato de Segurança foi impetrado pelos conselhos federais em geral, conselhos federais de todas as categorias profissionais.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa acata e determina que seja feito o reparo levantado por Vossa Excelência.

Continua em discussão a ata. Como ninguém queira discuti-la, declaro-a aprovada com a observação levantada pelo Sr. Adhail Sprenger Passos.

O SR. NESTOR BAPTISTA (Pela ordem) — Solicito de Vossa Excelência, verificação de votação.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — (Pela ordem) — Solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A presidência atende e solicita do sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos srs. deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO (procede a chamada nominal).

Vinte e oito srs. deputados responderam a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Há “quorum” para prosseguimento da sessão. Está em votação a ata que foi lida. — Aprovada.

Esta presidência registra com satisfação a presença do prefeito de Cruzeiro do Sul, sr. Ademir Mulon.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

Mensagem nº 80/83

Curitiba, 1.º de julho de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo datado de 13 de junho de 1983, de renovação do convênio nº 12/83, celebrado em 26 de janeiro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o município de Foz do Iguaçu, com a interveniência da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - Sudesul, objetivando a implantação do sistema de galerias de águas pluviais no referido

município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado.

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem nº 81/83

Curitiba, 1.º de julho de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos de cooperação técnica e financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios adiante mencionados, objetivando adoção de ação conjunta com vistas à execução do PROGRAMA ESPECIAL PARA MELHORAMENTOS DE ESTRADAS INTERMUNICIPAIS PARA ESCOAMENTO DE SAFRAS — "PROSAFRAS", no exercício de 1983.

Município	data da celebração
Braganey	06/05/83
Cafelândia	06/05/83
Doutor Camargo	06/05/83
Engenheiro Beltrão	06/05/83
Fênix	09/05/83
Lupionópolis	09/05/83
Marmeleiro	06/05/83
Palmital	06/05/83
São João do Ivaí	06/05/83
Querência do Norte	09/05/83
Sengés	09/05/83

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado.

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem nº 86/83

Curitiba, 21 de julho de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas do convênio nº 2/83, datado de 24 de fevereiro de 1983 e de seu termo de re-ratificação nº 3/83, de 13 de maio do mesmo ano, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem e o município de Maringá, objetivando a restauração da Avenida Colombo, entre a Avenida Tuiuti e o Trevo de acesso à PR-317, no referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem nº 87/83

Curitiba, 29 de julho de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos termos de cooperação técnica e financeira celebrados em 04 de junho de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e respectivamente, os municípios de Alvorada do Sul, Barra do Jacaré, Coronel Vivida, Chopinzinho, Mariópolis, Pinhão, Santa Helena e Verê, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para escoamento de Safras — "Prosafras", no exercício de 1983.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado.

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem nº 88/83

Curitiba, 29 de julho de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos de cooperação técnica e financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios adiante mencionados, objetivando adoção de ação conjunta com vistas à execução do PROGRAMA ESPECIAL PARA MELHORAMENTOS DE ESTRADAS INTERMUNICIPAIS PARA ESCOAMENTO DE SAFRAS — "PROSAFRAS" no exercício de 1983.

Município	data da celebração
Astorga	06/05/83
Céu Azul	06/05/83
Colorado	09/05/83
Floresta	04/06/83
Guaraci	06/05/83
Iguaraçu	04/06/83
Itapejara do Oeste	04/06/83
Juranda	04/06/83
Mamborê	06/05/83
Marialva	09/05/83
Marilândia do Sul	09/05/83
Marumbi	09/05/83
Presidente Castelo Branco	04/06/83
São José da Boa Vista	09/05/83
Sarandi	04/06/83
Salgado Filho	04/06/83
Uraí	04/06/83

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem nº 89/83

Curitiba, 02 de agosto de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos de cooperação técnica e financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios adiante mencionados, objetivando adoção de ação conjunta com vistas à execução do PROGRAMA ESPECIAL PARA MELHORAMENTOS DE ESTRADAS INTERMUNICIPAIS PARA ESCOAMENTO DE SAFRAS — no exercício de 1983.

Município	data da celebração
Boa Esperança	04/06/83
Campina da Lagoa	06/05/83
Cidade Gaúcha	06/05/83
Planalto	04/06/83
Quedas do Iguaçu	06/05/83
Tamboara	06/05/83
Vera Cruz do Oeste	04/06/83

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 90/83

Curitiba, 02 de agosto de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos de cooperação técnica e financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios adiante mencionados, objetivando adoção de ação conjunta com vistas à execução do PROGRAMA ESPECIAL PARA MELHORAMENTOS DE ESTRADAS INTERMUNICIPAIS PARA ESCOAMENTO DE SAFRAS — "Prosafras", no exercício de 1983.

Município	data da celebração
Capanema	04/06/83
Jataizinho	06/05/83
Jardim Alegre	09/05/83
Paula Freitas	09/05/83
Paranapoema	09/05/83
Roncador	09/05/83
Santa Cruz do Monte Castelo	04/06/83
Turvo	04/06/83
Umuarama	04/06/83

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 91/83

Curitiba, 02 de agosto de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os

fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os municípios adiante mencionados, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná — Pronoroeste.

Município	data da celebração
Arapongas	28/06/83
Guaraci	28/06/83
Nossa Senhora das Graças	28/06/83
Presidente Castelo Branco	28/06/83
Cianorte	13/06/83
Guairaçá	13/06/83
Guaporema	13/06/83
Jardim Alegre	13/06/83
Marilena	13/06/83
Paranavaí	13/06/83
Pérola	13/06/83
Porto Rico	13/06/83
Santa Cruz do Monte Castelo	13/06/83
Santo Antônio do Caiuá	13/06/83
Umuarama	13/06/83
Xambrê	13/06/83

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 92/83.

Curitiba, 02 de agosto de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo aditivo n.º 01, datado de 11 de maio de 1983, ao convênio n.º 114/82, celebrado em 12 de maio de 1982, entre o Estado do Paraná e o Ministério do Interior, figurando como interveniente a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - Sudesul e a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná — Sucepar, objetivando a execução de obras em conformidade com o Programa Especial de Controle da Erosão do solo no Noroeste do Paraná — Pronoroeste.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, que se faça constar na ata dos trabalhos de hoje, votos de congratulações pela passagem do 28.º aniversário da emancipação político-administrativa da cidade de Goioerê, com conseqüente encaminhamento da decisão ao Excelentíssimo sr. prefeito

municipal, ao Excelentíssimo sr. presidente da Câmara Municipal de vereadores, e Excelentíssimos senhores presidentes dos diretórios municipais dos partidos políticos daquela cidade.

Situada no Oeste do Estado, Goioerê emancipou-se politicamente e administrativamente do município de Campo Mourão em 1955, tendo em vista o trabalho constante de inúmeras raças que ali trabalharam e fizeram progredir a cidade. Entre algumas raças que ali se estabeleceram, vale ressaltar os espanhóis e os portugueses, que já conheciam Goioerê desde a metade do século XV.

A presença dessas diversas formações étnicas, condicionou o município a uma economia principalmente baseada na agricultura, seu principal sustentáculo; hoje, no entanto, abalado ante a política agrícola do governo federal, de desestímulo às pequenas propriedades, ocasionando o êxodo rural, somado à mecanização da lavoura. Tal situação, ocasionou uma crescente diminuição quanto ao número de habitantes, cuja estimativa era, em 1975, de 77 mil habitantes, sendo que hoje possui cerca de 49 mil, segundo dados do censo realizado em 1980.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de um voto de aplauso que ficaria consignado na ata dos trabalhos de hoje, dirigido à TV Paranaense Canal 12, na pessoa do seu ilustre presidente, dr. Francisco da Cunha Pereira Filho.

O presente, voto de aplauso faz-se necessariamente justo, pela feliz iniciativa tomada por aquele brilhante órgão de comunicação, na campanha de combate à erosão.

De relevante e indiscutível penetração a nível estadual e nacional, a TV Paranaense Canal 12, vem realizando destacados programas no intuito de contribuir a nível de informações e soluções, para a melhoria das condições de vida da população do nosso Estado.

Especificamente no tocante à erosão, este importante órgão de comunicação vem esclarecendo os agricultores paranaenses sobre os perigos da ocupação e utilização inadequada do solo. De todos é sobejamente conhecida, que a erosão vem trazendo substanciais prejuízos à economia agrícola paranaense, através da perda da camada mais fértil do solo, onde se acumulam as matérias orgânicas e minerais.

Alerta ainda, este conceituado órgão de comunicação, quanto ao perigo da pré-desertificação, que começa a ocorrer em várias regiões do Estado, com conseqüente aumento do êxodo agrícola.

Por todas as razões expostas, parece-me muito atual e procedente, a presente solicitação.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo senhor secretário de Estado dos Transportes, no sentido da viabilização de recursos financeiros na ordem de 10 milhões de cruzeiros, para pagamento de combustíveis gastos na recuperação da malha rodoviária, no município de Quinta do Sol.

Tal solicitação torna-se premente tendo em vista as fortes chuvas que caíram naquele município, ocasionando grandes estragos no setor rodoviário municipal e considerando as precárias condições financeiras em que encontram-se os cofres daquela Prefeitura.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo senhor secretário dos Transportes, no sentido de viabilizar estudos para reforço da capa asfáltica da rodovia PR-180, ligando Goioerê a Cruzeiro do Oeste, bem como o acesso que vai da PR-180 à cidade de Mariluz.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

JUSTIFICATIVA:

O asfaltamento da rodovia que liga as cidades de Goioerê e Cruzeiro do Oeste (PR-180), é de vital importância para o desenvolvimento econômico da região, encurtando distâncias e facilitando o escoamento da produção agrícola. Porém, atualmente, faz-se necessário o reforço da camada asfáltica da rodovia em questão, bem como o trecho de acesso que vai da PR-180 à cidade de Mariluz; as justificativas do empreendimento são irrefutáveis, se analisarmos que às margens do rio Goioerê existe uma usina de álcool de grande porte, e que todo o tráfego pesado da região por ali circula diariamente.

Pelo exposto, achamos que o nosso pedido irá facilitar as condições de tráfego nos trechos citados, favorecendo diretamente o enriquecimento daquela região de nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, seja oficiado ao Excelentíssimo sr. secretário de Estado, dr. José Richa, bem como ao Excelentíssimo sr. secretário de Estado do Interior, deputado Nilton Friedrich, solicitando-lhes que promovam de imediato uma política habitacional voltada para quem jamais logrou, em nossa história, qualquer atendimento neste sentido: o morador das ilhas fluviais e marítimas do Paraná.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1983.

(a) TADEU FRANÇA.

JUSTIFICATIVA:

O ilhéu paranaense tem sido cronicamente marginalizado não só pelas enchentes, mas também pela ação pública governamental em nosso Estado. Urge reconhecer a existência dos milhares de ilhéus paranaenses e conceder-lhes ao menos o mínimo do que se tem prodigalizado aos paranaenses que vivem cercados de água por todos os lados. É por isso que, após análise situacional das ilhas que oferecem maiores condições de segurança durante a época das grandes vasções, iniciar-se-ia a construção pioneira de casas populares que, além de maior conforto, seriam um atrativo natural para que os ilhéus das regiões mais atingidas pelas cheias buscassem fixar-se em regiões um pouco mais seguras.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER seja encaminhado ao Excelentíssimo senhor governador do Estado, apelo no sentido da unificação da sistemática de prestações de contas, por parte dos municípios aos órgãos repassadores de recursos financeiros.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1983.

(a) TRAJANO BASTOS.

JUSTIFICATIVA:

Tal medida, de natureza desburocratizante, representa um benefício inestimável para as administrações municipais, sobretudo as de menor porte, que atualmente encontram enorme dificuldade em preparar os processos de diferente elaboração, segundo a fonte originária de recurso.

Por outro lado, no âmbito da administração estadual, a unificação pretendida certamente encontrará viabilidade, na medida em que as normas básicas comuns a todas, hoje existentes, serão respeitadas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, nos termos regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados ofícios deste poder ao governo do Estado, especialmente aos Excelentíssimos senhores José Richa, governador e Erasmo Garanhão, secretário de Estado das Finanças, apelando no sentido de que determinem a inclusão do município de Palmas entre aqueles beneficiados por instrução da Secretaria das Finanças, conforme inclusa manifestação unânime da ilustre Câmara Municipal, apensa ao presente.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

JUSTIFICATIVA:

O progressista município de Palmas - secular cidade do Sul do Paraná - sofreu grandes danos materiais e teve agravado seus problemas sociais em razão das intensas chuvas que se abateram sobre o Sul do País e, no Paraná, mais intensamente sobre a região Sul.

Vias de acesso a Palmas foram interrompidas, pontes ruíram, estradas vicinais praticamente desapareceram naquele município que possui uma das maiores áreas territoriais entre as comunas paranaenses. Face a essa situação, o senhor governador decretou a 15 de julho deste, estado de emergência em Palmas.

Maior que a destruição de bens públicos, é o problema social, de vez que a economia de Palmas tem na indústria da madeira um forte esteio. Com a quase impraticabilidade do tráfego nas estradas vicinais as indústrias passaram a paralisar suas atividades, algumas despedindo empregados, agravando ainda mais o triste e desalentador quadro de desemprego em Palmas.

Assim sendo a comunidade palmense esperava que as autoridades fazendárias estaduais sensíveis ao problema, que é de conhecimento inclusive do senhor governador que decretou o estado de emergência, pudessem contribuir para o reinício das atividades industriais de Palmas, através da prorrogação de prazos para o recolhimento do ICM.

Palmas, entretanto, seu povo e suas autoridades, seus empresários e líderes políticos, foram surpreendidos com a publicação da instrução 800 da SEFI que, ao tempo em que praticava esse salutar ato de justiça para com as indústrias dos municípios circunvizinhos - como General Carneiro, Bituruna, entre outros - discriminava, sem qualquer razão - os contribuintes de Palmas, tão ou mais duramente atingidos quanto os dos demais municípios beneficiados.

Insatisfeitos com tal resolução governamental, os ilustres vereadores palmenses, por sugestão do edil pedessista ADEMIRO CASAGRANDE e com o apoio unânime de seus colegas, resolveram num bem articulado ofício anexo, apelar no sentido de que se corrija, com a urgência necessária, a instrução secretarial, possibilitando assim que os industriais e comerciantes daquela cidade possam continuar a produzir empregos e riqueza em favor do Paraná.

Solicito, ainda que tal manifestação, que deverá contar com o apoio dos senhores deputados desta Casa, seja

dado conhecimento às seguintes autoridades: presidente da Câmara, líder do PDS, prefeito municipal, associação comercial, centro palmense, com sede em Curitiba, Lions Club, Rotary Club, presidente do PDS local e rádio da cidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, ouvido o Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima senhora secretária de Estado da Educação, professora GILDA POLI DA ROCHA LOURES, ao Excelentíssimo senhor secretário de Estado do Planejamento, dr. BELMIRO VALVERDE, e ao Excelentíssimo governador do Estado, senhor José Richa, solicitando urgentes medidas visando a inclusão das casas de estudantes do Paraná no Orçamento Geral do Estado para 1984, conforme solicitações devidamente formalizadas nos órgãos competentes.

(aa) ORLANDO PESSUTI, ADHAIL SPRENGER PASSOS,
PAULO FURIATTI, NILSO SGUAREZI,
GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA:

As casas de estudantes em nosso Estado têm crescido em sua importância junto à comunidade nas últimas décadas. Isso se deve à sua participação na formação de diversos de nossos homens públicos, como deputados, prefeitos, diretores e o próprio governador. Por outro lado, sua importância cresce ainda mais ao depararmos com as condições materiais por elas criadas em favor dos estudantes desprivilegiados, sem as quais muitos não dariam seqüência em seus estudos.

Nesse sentido, é bom que se destaque as atividades da Fundação Casa do Estudante Universitário do Paraná - CEU - tendo atualmente 364 universitários e 42 secundaristas em seu quadro de moradores, fornece moradia e refeições a preços subsidiados pela própria Fundação. Sua receita provém de recursos obtidos pelos 28 departamentos que mantém funcionando com trabalho dos próprios moradores e de 42 funcionários, além de verbas esporádicas dos diversos órgãos públicos. Fornece também assistência médico-dentária, biblioteca, quadra de esportes etc.

No entanto, todas essas casas têm passado por constantes crises financeiras bastante agudas, ameaçando seriamente a prestação de suas atividades, além de prejudicar a qualidade de seus serviços. Elas têm que saldar as despesas como luz, água, fornecedores, folha de pagamento, entre outras. Só a CEU, de Curitiba, tem um déficit mensal que ultrapassa a casa de um milhão de cruzeiros.

Acreditamos, porém, que o atual governo foi eleito sob um programa que defende o ensino público e gratuito. E o fortalecimento dessas casas de estudantes vem de encontro ao seu programa, já que é uma forma de se contrapor ao alto índice de privatização do ensino, e favorecer os estudantes desprivilegiados.

A inclusão dessas casas no Orçamento Geral do Estado para 1984, virá de encontro aos anseios da juventude estudantil do Paraná e atenderá uma antiga reivindicação, sempre negada, dos moradores de casas de estudantes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo senhor presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando estudos no sentido da implantação da comarca de Rio Branco do Sul.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1983.

(a) EDUARDO BAGGIO.

JUSTIFICATIVA:

Conforme é do conhecimento de todos, Rio Branco do Sul é um município que vem crescendo rapidamente, proporcionando grandes benefícios para o Estado.

Rio Branco do Sul conta hoje com uma população de aproximadamente 31.500 habitantes, com uma produção agrícola invejável, possuindo um grande número de pequenas e médias indústrias, além de um ativo comércio.

Em razão disso, a cada dia que passa aumenta a área de influência do referido município, razão porque o mesmo está a requerer com urgência seja implantada ali a sede de uma comarca, o que viria contribuir para descentralização e maior rapidez no desfecho dos interesses da população daquela região junto ao Poder Judiciário.

O interesse das autoridades e da população daquela cidade em conseguir com a maior brevidade possível o precioso benefício é tanto que já colocaram à disposição, segundo informações que recebemos, o prédio onde hoje encontra-se instalada a Prefeitura Municipal para o funcionamento do Fórum.

Tal prédio é construído em alvenaria e oferece totais condições de atendimento ao importante setor.

Por se tratar de assunto que há muito empolga toda população de Rio Branco do Sul e adjacências, tenho certeza absoluta que esta Casa dará a melhor atenção ao presente requerimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando o asfaltamento das seguintes estradas localizadas na região Noroeste do Paraná:

1. trecho da estrada Placa de São Carlos (PR-466) até a Fazenda Juranda (PR-467), numa extensão de 6 km.
2. Trecho da estrada que liga o município de Santa Izabel do Ivaí até o município de Umuarama (PR-82).

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1983.

(a) EDUARDO BAGGIO.

JUSTIFICATIVA:

Atendendo a diversos pedidos das autoridades locais e do povo de São Carlos do Ivaí, Mirador, Tamboara, Paraíso do Norte e Santa Izabel do Ivaí, é que estamos encaminhando o presente requerimento para a apreciação dos ilustres membros desta Casa.

A pavimentação das estradas mencionadas virão dar um grande impulso ao desenvolvimento dos municípios em pauta.

Com o referido melhoramento os produtores locais terão plenas condições de escoar sua produção, além de proporcionar a toda a população condições de se locomover com maior facilidade e rapidez.

São comunidades inteiras que se beneficiarão com o melhoramento solicitado.

Este, sem dúvida alguma, é um prêmio que o Estado deve oferecer àqueles que, com muito sacrifício e denodo, abriram aquela região e continuam trabalhando no sentido de produzir para o Paraná.

A ligação da Placa São Carlos (PR-466) à Fazenda Juranda (PR-467), numa extensão de 6 km, é de muita importância. Atualmente de São Carlos do Ivaí a Paranavaí, via Paraíso do Norte, soma aproximadamente 60 km, mas com a ligação mencionada reduzirá em muito essa extensão, facilitando o tráfego dos moradores do citado município.

De outro lado, a ligação Santa Izabel do Ivaí até o município de Umuarama (PR-82) virá ligar duas importantes microrregiões paranaenses, proporcionando reais benefícios ao Estado.

Assim sendo, por se tratar de pedidos que visam de perto

a população daquela vasta área de nosso Estado, tenho certeza absoluta de que o presente requerimento terá a melhor acolhida.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Alceu Conceição Machado, solicitando a elevação da comarca de Foz do Iguaçu à condição de Entrância Final, pelos motivos que justifica.

Requer outrossim, dar ciência do presente ao senhor prefeito municipal e à Câmara de Vereadores bem como ao senhor juiz diretor do Fórum daquela comarca.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1983.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE.

JUSTIFICATIVA:

Foz do Iguaçu já possui condições para ser alçado à condição de Entrância Final, a exemplo do que ocorreu recentemente com as comarcas de Ponta Grossa, Maringá e Londrina.

Assim, ao par do movimento forense de Justiça do Estado do Paraná, já do conhecimento do egrégio Tribunal. A comarca situa-se em região fronteira com dois países e conseqüentemente os problemas levados ao Poder Judiciário são diversificados, havendo necessidade de uma representatividade à altura do Poder Judiciário. Basta dizer que o chefe do Executivo Municipal é nomeado "ad-referendum" do presidente da República. Itaipu Binacional, a Ponte Internacional que ligará o Brasil à Argentina, a Ponte da Amizade já ligando o Brasil ao Paraguai são fatores preponderantes para que Foz do Iguaçu chegue àquela condição.

Isso tudo sem contar que em Foz do Iguaçu reside o segundo pólo turístico do Brasil, com a sua formidável rede hoteleira, hospitais, escolas, faculdade de administração e ciências contábeis e vários outros projetos em vias de concretização como o Centro de Eventos. O atual anteprojeto do Código Organização e Divisão Judiciárias do Estado já prevê a instalação de mais três varas em Foz do Iguaçu. Ainda os juizes localizados no Sudoeste do Paraná ficam sem opção de permanência nas imediações, acarretando sérios prejuízos aos mesmos e à própria coletividade.

E para complementar essa nossa justificativa, trazemos também alguns dados da comarca de Foz do Iguaçu.

DADOS:

Área do município: 887,7 km² (abrangendo o município de Santa Terezinha de Itaipu).

População de Foz do Iguaçu: 141.726 habitantes, aproximadamente.

Número de hospitais: 05 (cinco).

Delegacia da Receita Federal.

Divisão de Polícia Federal

01 (uma) agência de correios e telégrafos.

01 (uma) capitania dos portos do rio Paraná

01 (um) destacamento de polícia rodoviária.

01 (um) destacamento da Força Aérea Brasileira.

01 (um) Batalhão de Exército

01 (um) destacamento de polícia rodoviária estadual.

01 (uma) subdivisão policial.

01 (um) subdestacamento do Corpo de Bombeiros.

01 (um) centro de triagem de migrantes.

01 (uma) Coletoria Estadual

01 (uma) Cia. de Polícia Militar.

01 (um) Posto de Saúde.

01 (um) destacamento da Ciretran.

A cidade conta ainda com 01 (um) kartódromo, 01 (um) hipódromo, 01 (um) Aéreo Clube, 01 (uma) Escola de Aviação Civil, 02 (dois) estádios de futebol, 01 (um) ginário de esportes e 01 (uma) Biblioteca Pública, além de 17 (dezessete) estabele-

cimentos bancários e uma Caixa Econômica Federal. Consulado argentino e consulado paraguaio, e ainda 01 (uma) Federação de Trabalhadores e 5 (cinco) sindicatos.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 111/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barbosa Ferraz, com sede e foro na cidade de Barbosa Ferraz.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1983.

(a) GILBERTO CARVALHO.

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barbosa Ferraz, vem prestando inestimáveis serviços à classe rural de Barbosa Ferraz, dentro do campo estabelecido através de seus estatutos sociais, como também na assistência social àquela comunidade municipal de nosso Estado.

A documentação que anexamos ao presente comprovam o preenchimento dos requisitos essenciais para sua declaração de utilidade pública no âmbito estadual, o que estamos propondo à consideração dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis, através da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 112/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — As divisas e confrontações Oeste descritas no artigo primeiro da Lei n.º 7572, de 03 de maio de 1.982, ficam ratificadas, segundo a seguinte redação:

“OESTE: do canto sudoeste da Divisa do Patrimônio da Colonizadora Criciúma Ltda, parte em linha reta, rumo Norte e numa distância aproximada de 16.500 metros, até o ponto em que a linha divisória do Patrimônio da firma referida deriva a Leste, indo daí, em ângulo de mais ou menos 90º, para Oeste numa distância aproximada de 1.800 metros, onde reflete ao Norte e em linha reta, alcançando a estrada de Santa Helena, pela qual segue, ainda na direção Norte até a ponte nessa estrada sobre Rio Passo Cuê, no ponto de partida”.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1.983.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

Com a criação do Município de Santa Terezinha do Itaipu (Lei número 7572, de 03 de maio de 1.982), desmembrada do Município de Foz do Iguaçu, ficou indefinida a linha divisória no que diz respeito à parte Oeste da referida lei. Com a retificação da linha divisória que ora pleiteamos, ficará definitivamente esclarecido e solucionado o problema das divisas e confrontações da Lei número 7572.

PROJETO DE LEI Nº 113/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado o Município de ROSÁRIO, com território desmembrado do Município de Grandes Rios, sede na localidade do mesmo nome e divisas do atual Distrito Administrativo de Rosário.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1.983.

(a) JORGE MAIA FILHO

Apoio: Erondy Silvério, Tércio Albuquerque, Quielse Crisóstomo, Nelson Buffafa, Tuguio Setogutte e Odeni Mongruel.

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Rosário, Município de Grandes Rios, em face de sua localização geográfica e diante de todos os requisitos que a Lei Complementar número 02, de 18 de junho de 1.973, exige, de há muito está a merecer sua emancipação político-administrativa.

Os recursos econômicos de que dispõe, serão potencializados com a posse do poder de decidir sobre o seu futuro. Em Rosário, já se estruturou um núcleo urbano capaz de centralizar a vida municipal e encaminhar os seus serviços, de acordo com o peculiar interesse.

A sua autonomia representará à população, não apenas o reconhecimento de sua alta pujança mas sobretudo funcionará como fator preponderante sobre todas as suas potencialidades econômicas, políticas, sociais e culturais, em prol de nosso Estado.

Razão pela qual apresentamos o presente plano de lei, esperando dos ilustres Pares o devido apoio e posterior aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 114/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — É obrigatória, a partir da data de vigência desta lei, nos estabelecimentos de ensino de primeiro e segundo graus no Estado, a execução cantada dos Hinos Nacional, à Bandeira e do Estado.

Parágrafo único. Os hinos cuja execução é exigida por este artigo deverão ser entoados com a participação do corpo docente e discentes das escolas, em dias alternados, de modo que pelo menos um deles seja executado a cada dia.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1.983.

(a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

O processo político que estamos vivendo há quase vinte anos procurou, entre outros objetivos, anular o sentimento de nacionalidade, destruir nossa identidade cultural e rebaixar a consciência patriótica que se confrontam com a ideologia do regime. Isto serviu a uma meta central dos governos que se sucederam após 1964. Pretendiam quebrar todas as resistências ideológicas que pudessem se opor à entrega da economia brasileira ao capital estrangeiro. Esta entrega nos trouxe, hoje, a condição de Nação endividada, dependente, com sua soberania ameaçada.

O regime se utilizou de todos os meios e instrumentos para realizar esta obra de descaracterização. Seja pela propaganda exaustiva da desnacionalização, seja pela eliminação do processo educacional de tudo que pudesse afirmar a identificação de nossos jovens com os interesses patrióticos. Em troca, passou a confundir os conceitos de Nação, de segurança nacional, de progresso, com o próprio regime e com interesses externos.

Este esforço do regime deu resultados. Uma ampla parcela de nosso povo e, especialmente da nossa juventude, ficou distante da compreensão de sua própria situação enquanto povo, perdeu vínculos com a nacionalidade, entorpecer-se com as promessas de que este País se transformaria em potência no ano dois mil, na medida em que se transformasse num imenso Porto Rico, num paraíso do capital internacional.

Hoje, começa a acordar porque o sonho virou pesadelo. Transfigurou-se nesta crise que atinge toda a sociedade e que exige a busca de alternativas que possam nos reconduzir ao equilíbrio, à estabilidade, à oportunidade de vida e trabalho para todos os brasileiros.

Tenho certeza de que a construção de um futuro melhor depende também da restauração de nossa identidade cultural e nacional. Este projeto que apresentamos hoje, tem o único objetivo de restabelecer nas escolas públicas de nosso Estado procedimentos que têm a finalidade de despertar e consolidar princípios básicos do civismo, o amor à pátria e o respeito pelas nossas instituições. Creio que estes são objetivos maiores da Educação pública.

Tomemos exemplos. É constrangedor verificar que, mesmo em solenidades esportivas, de cunho internacional que normalmente despertam o sentimento nacional, os participantes, ao ser entoado o Hino Nacional, deixam de fazê-lo ou de manifestar o devido respeito, porque não foram educados e conscientizados para tanto. E esta é uma boa amostra da juventude brasileira.

Sabemos que esta Nação não irá recuperar sua autonomia e independência completas, nem seu povo irá recuperar uma profunda consciência patriótica com simples medidas como estas que estamos propondo. Mas tenho certeza de que o restabelecimento deste hábito de civismo nas escolas públicas do Estado do Paraná ajudará a preparar o espírito de nossa juventude para as grandes tarefas que temos pela frente. Tornar obrigatória a execução do Hino Nacional, à bandeira e do Estado é uma forma de, no mínimo, levar nossa juventude a conhecer símbolos pátrios que deve respeitar porque são, antes de tudo, seus próprios símbolos de identidade enquanto povo e Nação.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, inscrito.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Desejaria registrar nos Anais desta Casa, a minha participação, ao ser convidado a uma reunião de trabalho, com a presença de Sua Excelência o Sr. Presidente da República, engenheiro Aureliano Chaves.

Assisti àquela reunião, e ao término dela, dirigi-me onde estava Sua Excelência para expor uma idéia e um pensamento que eu já tenho defendido desta Casa, inclusive na Comissão de Ecologia.

Apresentei-me, inclusive na minha condição de engenheiro, e pedi a Sua Excelência, na presença do governador do Estado, sr. José Richa, a atenção por dois minutos, para expor-lhe que sou favorável e evidente a todas as providências que estavam sendo propostas no sentido de amenizar o sofrimento de todos os flagelados das enchentes. Estava também de acordo com todas as propostas que o Governo Federal, naquela ocasião, vinha trazer ao Paraná, muito embora achasse que os recursos financeiros fossem insignificantes perante a tragédia e aos seus efeitos. Concordava também com os investimentos necessários para um conjunto de obras de reconstrução, mas não me considerava satisfeito, porque o cerne do problema sequer foi mencionado.

E o cerne do problema, a base do problema, porque estão ocorrendo no Paraná as enchentes com esta devastação de todos nós é amplamente conhecida, está no desenfreio atentado ao equilíbrio ecológico, principalmente na Serra do Mar, aqui na região metropolitana e do litoral paranaense, e pedi permissão a Sua Excelência para mostrar que, ao desmatar a Serra do Mar, diminui a capacidade de absorção de água pela floresta e pelo solo florestal.

E com isso, pela encosta, maior volume de água desce para o vale, e ao descer, encontrando a terra desnuda, provoca mais intensamente a erosão, de modo que esta água, preenchendo os vales de detritos e materiais que a própria carrega, principalmente terra, assoreando os vales e tendo maior poder de destruição.

Ora, maior quantidade de água ao querer se escoar por um canal de escoamento menor, é evidente que esta água tem que se espalhar, de modo que se queremos resolver o problema das enchentes no ano que vem, mesmo com um índice pluviométrico bem mais baixo do que ocorreu neste ano, temos que atuar agressivamente no sentido de evitar a continuidade do desmatamento da Serra do Mar e inclusive provocar um processo intensivo e agressivo de reflorestamento, para que as águas sejam contidas pela própria floresta e pelo solo florestal.

Tenho aqui, Sr. Presidente, determinados índices de absorção da água pela floresta e também determinados índices de absorção da água pelo solo, quando este está florestado.

E eu continuava explicando a Sua Excelência que, se assim não fizermos, de nada vale a força de contenção da Rodovia Curitiba - Paranaguá, que estão programadas, de nada valem as obras de contenção da Ferrovia Curitiba - Paranaguá que estava ali sendo programada.

E continuo, Sr. Presidente, possivelmente no horário da liderança.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, nobres Sras. e Srs. Deputados. (Lê):

“Pretendemos, neste momento, registrar nos Anais desta Casa, o encerramento da Sexta Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas, que se realiza desde o dia 24 de julho último em Vancouver - Canadá, reunindo mais de 900 delegados do mundo sob o tema: “Jesus Cristo - A Luz do Mundo”. Tanto é merecedor este registro que o Estado do Paraná está lá representado pelo Sr. Arno Glitz, empresário de Curitiba, e que já em diversas oportunidades se fez presente nas mais diferentes cidades da América para preparar a Assembléia que na data de hoje se encerra. O parananense é delegado leigo da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.

O Conselho Mundial de Igrejas foi criado no ano de 1948, logo depois da Segunda Grande Guerra, tentando mostrar ao mundo a possibilidade de convivência pacífica entre as religiões, desprezando sempre as diferenças, impedindo que elas sejam motivos de conflito e de ódio entre os homens. É uma entidade ecumênica integrada por mais de 300 igrejas diferentes, estabelecidas em 147 países de todos os continentes, representando aproximadamente 450 milhões de cristãos de origem anglicana, ortodoxa, batista, luterana, metodista, pentecostais, reformadas e tantas outras.

A intenção do Conselho Mundial de Igrejas não é atrelar qualquer de suas filiadas a determinada corrente teológica, mas sim, ser a testemunha de que é possível trabalhar junto, respeitando convicções religiosas, mas nunca perdendo de vista a fé no Cristo que é a única redenção do mundo e dos homens. O tema que norteou a presente Assembléia é “Jesus Cristo - a Luz do Mundo” e através dele são discutidos, refletidos e meditados temas da mais alta relevância para a humanidade. Estavam na pauta os direitos humanos, liberdade individual e religiosa na América Latina e no mundo e qual o papel do cristão no sentido de melhorar a situação econômica e social das populações carentes e marginalizadas dos processos de desenvolvimento de seus países.

As igrejas cristãs cada vez mais assumem a conseqüente

tarefa de denunciar as situações de injustiça que acontecem no atual sistema internacional. Jesus Cristo é a bandeira que ostenta como fundamento comum. Ser cristão é uma tarefa muito árdua para quem vive num continente que sempre foi o reduto dos exploradores internacionais; é uma tarefa árdua para quem habita países onde a injustiça e a opressão, são a tônica de governos que se sucedem sem a licença do povo. Ser cristão é ser defensor dos oprimidos e dos esmagados pelos regimes militares, sustentados pelas potências estrangeiras, que alimentam interesses econômicos às custas da miséria de povos inteiros.

Temos certeza que a Sexta Assembléia Geral do Conselho Mundial de Igrejas significará mais um passo para o estabelecimento de paz e da justiça entre os homens. Cristo que uniu por três semanas tantas igrejas diferentes, haverá de estabelecer o entendimento da humanidade toda, e essa é a nossa esperança”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Odeni Mongruel.

O SR. ODENI MONGRUEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar supostas irregularidades praticadas por integrantes da administração de governos anteriores e denominada, intencionalmente, a CPI da Corrupção, encontra-se nesta Casa em plena existência.

Vale lembrar, antes de tudo, os antecedentes que nortearam essa iniciativa do Poder Legislativo, que, acionado pela maioria nesta Assembléia, alcançou, da Bancada do PDS, hoje Oposição, ontem Governo, total apoio não só pelo efetivo exercício da ação fiscalizadora como missão nuclear deste Poder, mas também porque valoriza o Deputado na medida em que o integra ainda mais como avaliador da ação administrativa e governamental.

Quanto aos objetivos desta CPI além daqueles evidentes e admissíveis, outros também já começam a se fazer sentir. Assim, por exemplo, a necessidade de o PMDB dar cumprimento às propostas de campanha entre as quais se destaca a de combater à corrupção, tema explorado no proselitismo que adotou e que de certa forma sensibilizou grandes faixas do eleitorado, de 15 de novembro último. Constitui por isto, a CPI da Corrupção, no momento, um instrumento legal previsto e um veículo que incursionará ao passado da Administração Estadual, procurando rever e aferir, outra vez, o conceito moral dos governantes e administradores do Paraná de ontem.

Sem qualquer intenção de dificultar os trabalhos da CPI em questão, é preciso saber que, fato algum, ilegal e grave, mediante denúncia já apurada pelos órgãos estaduais de competência, instruiu o requerimento do qual resultou a própria instalação da Comissão; de outro lado, verifica-se, com essa medida, que há também uma relação preocupante por parte do novo Governo e do Partido da Situação, em privilegiar o discurso e a fala, em detrimento da ação administrativa, de trabalho efetivo e da realização de obras. Com isso, há uma voltada de interesses para encontrar, no passado, talvez as justificativas que, atraindo a opinião pública do Paraná, desvia as atenções de um futuro que já se apresenta pouco animador às aspirações da sociedade paranaense quanto ao desempenho da Administração que aqui se instalou em 15 de março último.

Afinal, o atual governo do Estado deve dispor de todos os meios e informações para apurar as supostas irregularidades cometidas, apontando, através de processo criminal próprio, os verdadeiros culpados, evitando assim de incorrer no risco de generalizar denúncias que possa criar dúvidas e que envolvam os bons e os maus. É preciso, portanto, que não se busque,

através dessa iniciativa em prejuízo da postura ética, justificar incompetência e insucesso à custa de conceitos de muitos, que deram no passado contribuição expressiva ao serviço público estadual e ao governo.

A manifestação do Deputado Rubens Bueno, presidente da referida CPI, escolhido pela totalidade dos integrantes da Mesa, deixou-nos a impressão, na tarde de ontem pelas suas próprias palavras, do desejo de não apenas apurar, mas, antes de tudo e efetivamente, encontrar algo que recompense as expectativas e os esforços dispensados neste sentido.

O que se espera, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que a CPI da Corrupção, atue de forma isenta e ética, sabendo separar os fatos, evitando que questões de ordem pessoal e atitudes mesquinhas produzam situações injustas e irreversíveis que trago, inclusive, a esta Casa, uma imagem conceitual negativa e que cabe a todos nós, seus integrantes, evitar.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Jorge Maia Filho.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo esta tribuna para que fique gravado nos Anais desta Casa, um ofício que estamos encaminhando hoje para o Sr. Secretário da Saúde, Dr. Luiz Cordoní Júnior, a respeito dos desmandos e das perseguições feitas aos médicos do Paraná.

Queremos que fique registrado nos Anais, porque aqui não expressa apenas a opinião deste Deputado, mas sim, a opinião de uma comunidade.

“Ofício número 024/83.

Curitiba, 03 de agosto de 1.983

Senhor Secretário.

Mais uma vez o ódio e a perseguição voltaram a ser estampados nas atitudes tomadas por este órgão. Foi com pesar que tomamos conhecimento de mais uma injustiça praticada por esta secretaria, ao verificarmos a exoneração sem justa causa, do ilustre médico dr. Flávio Acorsi, lotado há mais de 15 anos no Posto de Saúde da cidade de Loanda.

Sr. Secretário, estivemos naquela localidade e pudemos sentir a revolta e náusea causadas pela atitude de Vossa Excelência, perante a população daquele município.

Sr. Secretário, caso Vossa Excelência não tenha tido informações necessárias sobre o que significa a família Acorsi para aquele município, tomamos a liberdade de lhe dar alguns esclarecimentos.

Hugo Acorsi, chegou à Loanda há 30 anos atrás, recém-formado em medicina e cheio de ideais. Fixou-se e criou raízes naquela cidade.

Fundou o Hospital Santa Catarina.

Criou o primeiro Posto de Saúde com recursos próprios e instalou a Unidade Sanitária. Depois de 13 anos deixou o posto, cedendo o lugar a seu irmão Flávio, para assumir a Chefia do Executivo Municipal de Loanda, por quatro anos.

Fundou a Rádio Educadora de capital aberto, sendo o seu maior acionista.

Seu hospital, hoje, está aparelhado e com oito profissionais (médicos) de diversas especialidades.

O hospital atende pelo Inamps, Funrural, etc.

Por tantos benefícios prestados a Loanda, por ser um excelente profissional, por ter sempre socorrido aqueles que mais necessitavam, por ser uma pessoa benquista por toda comunidade loandense, por fazer parte da história de Loanda e dedicar toda sua vida por uma causa nobre e cristã, o reconhecimento do atual governo e de Vossa Excelência foi essa exoneração vergonhosa e injusta.

Só podemos receber de um modo sua atitude: com repúdio e tristeza.

Isto nos leva a crer, Sr. Secretário, que o motivo de sua

exoneração foi na realidade o pagamento de um hábito que o mesmo pratica há mais de 15 anos, que é o de dar um atendimento diário e grátis de aproximadamente 15 consultas à classe mais carente.

Sr. Secretário, o que nos resta é pedir a Deus que o ilumine, para que Vossa Excelência cesse com a discriminação e as perseguições.

Atenciosamente

Deputado Jorge Maia Filho"

Sr. Presidente, infelizmente o tempo não nos é suficiente para relatarmos sobre o problema das nomeações de diretoras na cidade de Apucarana, onde ainda impera um clima de tensão perante a ala estudantil, perante os jovens daquela cidade.

Se porventura houver tempo na liderança do meu Partido, voltarei para abordar este assunto.

Muito obrigado, Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não pretendia voltar à tribuna tão cedo. Predendia dar algum tempo para ver as medidas que o Governo deveria tomar, principalmente no setor de segurança, mas, dadas as constantes reclamações, não pude mais esperar, recebendo constantes telefonemas de minha região, da região do Vale do Ivaí.

Passada a época de tão criticado comando político que no governo passado criticava o PMDB, o comando político, as nomeações de diretores estão aí; acabou o comando político, veio as eleições, mas a nomeação daquela que não foi a mais votada. Não existe mais comando político e também delegados de polícia.

Existe um critério: o delegado que não estiver vinculado ao pessoal do PDS é pessoa indicada, e muitos desses, às vezes, já foram encostados pelo PDS porque ocuparam delegacias em muitas cidades e não serviam mais pelos seus desmandos. Esses estão sendo aproveitados porque não são os homens do PDS.

E o que acontece? Há poucos dias, lá no Município de Borrazópolis, duas pessoas - dois guardas - foram mortos. Logo em seguida mataram mais dois para roubar um carro. Na cidade de Marumbi, há roubo de gado constantemente. Na cidade de Jardim Alegre, assaltam caminhão com meia carga de feijão.

Isto estamos vendo constantemente, mas vimos também as críticas sobre as Carteiras de Habilitação. Lembro-me já no início deste Governo, o meu caro amigo Nestor Baptista, que desta tribuna dava uma relação de quantas carteiras foram distribuídas em cada um dos municípios. E nós sabemos que em vésperas de eleições, a comissão se deslocava dos municípios, a pedido de políticos, e tanto do PMDB como do PDS se interessava em atender os seus eleitores, e eram feitos os exames e em cada município era expedida a Carteira de Habilitação, mas o PMDB acabou com isto. Aprimorou agora, pois está exportando a Carteira de Habilitação.

No Município de Barbosa Ferraz, o Chefe da Ciretran que é Presidente do PMDB, está exportando Carteira de Habilitação para Paranavai e deste para Mato Grosso. Se precisar alguns dados, temos inclusive o cheque que veio através do Bamerindus, para pagamento destas Carteiras de Habilitação, cujo preço é de Cr\$ 5.000,00 - a carteira e o exame psicotécnico. Lá em Barbosa Ferraz não tem psicólogo, não tem comissão para expedir o psicotécnico mas sai tudo pronto, tanto a carteira como o psicotécnico.

Esperávamos que isto mudasse. Não é possível. Se houve tanta crítica, é preciso que haja um paradeiro. E sei que o

Sr. Governador tem boas intenções quer consertar, e por isso, trago esta denúncia, hoje, para que ele procure, junto aos seus assessores, corrigir essa irregularidade a fim de que não aconteça mais o que está ocorrendo no Município de Barbosa Ferraz.

O Prefeito de Quinta do Sol, que estava comigo há pouco, disse-me que não pode mais dar ajuda à Delegacia de Polícia desse município, porque é dinheiro jogado fora. O dinheiro dado para abastecimento da viatura é para andar à toa e o delegado, que estava encostado e foi hoje aproveitado, está ocupando a Delegacia de Polícia. Então, houve a troca, aprimoramento nos desmandos. Não pode continuar assim. É preciso que haja um paradeiro, é preciso dar tranquilidade e segurança ao povo. Sei o que está acontecendo na minha região e também em outras partes do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes de entrar no motivo que me traz à esta tribuna, gostaria apenas de lembrar ao Deputado Gilberto Carvalho que na realidade, na legislatura passada, solicitamos inclusive a instauração de uma CPI para apurar irregularidades; denunciamos no início deste governo, os problemas ocorridos e tenho a impressão que alguma coisa já melhorou, Deputado, no passado, a carteira de habilitação custava dez mil cruzeiros, e agora custa cinco. Mas tenho a impressão que lugar de malandro, caro Deputado Gilberto Carvalho, é na cadeia. E por isso mesmo é que começamos nesta semana a CPI da Corrupção, uma idéia que vai enaltecer e vai engrandecer este Poder Legislativo, porque vai demonstrar a força que tem este Poder; de não se submeter de maneira alguma ao Poder Executivo e nem ao Poder Judiciário. Vamos nos ombrear com a força que este Legislativo na realidade deve ter. E nesta CPI, poderemos onclusive apurar esta corrupção, esta irregularidade que deve estar ocorrendo, segundo a denúncia do Deputado Gilberto Carvalho, no Município de Barbosa Ferraz. E está convidado o Deputado da nossa bancada, que representa aquele município, para também fazer uso da palavra e esclarecer este Plenário a respeito.

Estou apresentando, Sr. Presidente, projeto de lei, na tarde de hoje, tornando obrigatório a partir da vigência desta lei, nos estabelecimentos de ensino de primeiro e segundo graus, do Estado, a execução cantada, dos Hinos Nacional, à Badeira e do Estado. (Lê):

O processo político que estamos vivendo há quase vinte anos procurou, entre outros objetivos, anular o sentimento de nacionalidade, destruir nossa identidade cultural e rebaixar a consciência patriótica que se confrontam com a ideologia do regime. Isto serviu a uma meta central dos governos que se sucederam após 1964. Pretendiam quebrar todas as resistências ideológicas que pudessem se opor à entrega da economia brasileira ao capital estrangeiro. Esta entrega nos trouxe, hoje, a condição de Nação endividada, dependente, com sua soberania ameaçada.

O regime se utilizou de todos os meios e instrumentos para realizar esta obra de descaracterização. Seja pela propaganda exaustiva da desnacionalização, seja pela eliminação do processo educacional de tudo que pudesse afirmar a identificação de nossos jovens com os interesses patrióticos. Em troca, passou a confundir os conceitos de Nação, de segurança nacional, de progresso, com o próprio regime e com interesses externos.

Este esforço do regime deu resultados. Uma ampla parcela de nosso povo e, especialmente da nossa juventude, ficou distante da compreensão de sua própria situação enquanto povo,

perdeu vínculos com a nacionalidade, entorpecer-se com as promessas de que este País se transformaria em potência no ano dois mil, na medida em que se transformasse num imenso Porto Rico, num paraíso do capital internacional.

Hoje, começa a acordar porque o sonho virou pesadelo. Transfigurou-se nesta crise que atinge toda a sociedade e que exige a busca de alternativas que possam nos reconduzir ao equilíbrio, à estabilidade, à oportunidade de vida e trabalho para todos os brasileiros.

Tenho certeza de que a construção de um futuro melhor depende também da restauração de nossa identidade cultural e nacional. Este projeto que apresentamos hoje, tem o único objetivo de restabelecer nas escolas públicas de nosso Estado procedimentos que têm a finalidade de despertar e consolidar princípios básicos do civismo, o amor à pátria e o respeito pelas nossas instituições. Creio que estes são objetivos maiores da educação brasileira.

Temos observado em competições internacionais, que países como Coréia, China, Rússia e Estados Unidos, os atletas cantam o hino nacional, e o brasileiro, mascando chiclete, porque não sabe cantar o nosso Hino Nacional.

Sei que não vamos recuperar a autonomia e independências completas, apenas como este projeto, mas tenho a impressão que é o primeiro passo tornando obrigatória a execução dos Hinos Nacional, à Bandeira e do Estado.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Esta Presidência tem a satisfação de anunciar as presenças em plenário dos Srs. Vereadores de São Miguel do Iguaçu, Vereador Valdir Cerqueira e Mário Vinkler, que se fazem acompanhar do Presidente do Diretório do PMDB daquela localidade, Sr. Francisco Cantorski.

Encerrado o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): “O clima de instabilidade que domina o cenário econômico e político-administrativo de nosso País, já há algum tempo, agrava-se dia a dia, levando-nos a um contexto de perplexidade em relação aos destinos nacionais.

Contribuí para isso não apenas a conjuntura desfavorável, reconhecida pelo próprio Governo Federal e sentida cada vez mais na carne pela classe trabalhadora, mas também as publicações da grande imprensa, que estampam ultimamente manchetes como estas:

— Pressionado pelo FMI o Governo já concorda com as remessas de lucros das multinacionais, sem impedimentos legais; aceita os pacotes tecnológicos fechados e admite que o foro jurídico para eventuais dúvidas ou divergências de natureza legal será o de território norte-americano.

— Em razão da necessidade de divisas, encontra-se em estudos, mecanismos que permitam ainda mais facilidades ao capital estrangeiro, com o objetivo, parece, de transformar o Brasil no legalizado paraíso das empresas multinacionais.

— A venda das empresas nacionais, inclusive estatais, sugerida pelo Ministro Camilo Pena, como forma de pagamento de nossa dívida externa.

— O decreto-lei 2045, que proposto pelo Governo, por imposição do FMI, reduz para apenas 80 por cento do INPC os reajustes salariais, diminuindo ainda mais o poder de compra da classe trabalhadora.

— A possibilidade de reeleição do atual Presidente da República, tese que ganha adeptos no escalão do Governo e que pode significar a continuação da estratégia econômica que já conseguiu levar o Brasil à falência.

— As declarações de um dos expoentes do movimento militar de 1964, o ex-chefe da Casa Civil, General Golbery

do Couto e Silva, de que “o presidente é uma pessoa que não tem vontade de dirigir o País, não está interessado em dirigir o Brasil”.

Tudo isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, reforça a necessidade da Frente Parlamentar Nacionalista, nos termos propostos pelo Deputado Federal Alencar Furtado, e que pode assim ser resumido:

— Revisão dos tratados, convênios ou acordos que ameçam a soberania e os interesses nacionais.

— Defesa de uma moratória dos pagamentos da dívida externa em condições compatíveis com o desenvolvimento econômico do País.

— Luta pela retomada do processo de desenvolvimento econômico independente do País, dirigido para o fortalecimento do mercado interno e conseqüente ampliação do mercado externo.

— Defesa dos recursos naturais do País e preservação do meio ambiente contra qualquer ação predatória.

— Defesa de uma reforma agrária, que assegure aos trabalhadores rurais o acesso ao uso e à posse da terra e combate às concessões e venda de terras a estrangeiros ou empresas multinacionais.

— Política de crédito rural que atenda prioritariamente aos pequenos, médios produtores e às cooperativas.

— Subordinação da indústria farmacêutica aos interesses da saúde do nosso povo, mediante a sua nacionalização, assegurada a maioria de acionistas nacionais nas empresas.

— Reforma institucional que estabeleça as eleições diretas para todos os cargos eletivos, a revogação da Lei de Segurança Nacional e das leis de exceção, a retomada das prerrogativas do Congresso Nacional e promova o restabelecimento do regime democrático pleno, fundado na pluralidade dos partidos e nas garantias dos direitos fundamentais do homem.

— Reforma tributária que fortaleça a Federação e promova a redistribuição da incidência dos impostos com maior tributação sobre os ganhos do capital e redução dos tributos sobre a venda dos pequenos produtores e o salário dos trabalhadores.

O coração do Presidente da República foi recuperado em uma clínica médica altamente capacitada e séria. Infelizmente o coração da Nação brasileira não pode ser tratado pela clínica de Cleveland, e foi entregue aos cuidados do FMI, de cuja cirurgia não se pode esperar a desobstrução das coronárias, nem a ponte necessária para nos permitir a passagem, e sim o estrangulamento da irrigação financeira, originando o descompasso de 130 milhões de corações.

O FMI não nos implanta a ponte da liberdade, e sim nos joga no túnel escuro da desnacionalização e da subserviência”.

Até quando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vamos ficar envolvidos em uma luta interna pelo Poder, quando o próprio Poder já não existe mais?

Até quando vamos defender os Estatutos e Diretrizes de nossos Partidos que falam em liberdade, quando os caminhos a que nos conduzem é o da escravidão?

Até quando o Parlamento, que luta pela devolução de prerrogativas, vai se manter ajoelhado e submisso, contribuindo com o descrédito popular?

E, autocomprometendo a sua afirmação de representante das aspirações do povo brasileiro?

(Continua lendo): “Senhor Presidente, Srs. Deputados.

O interesse nacional deve falar mais alto do que as possíveis divergências partidárias.

A Frente Parlamentar Nacionalista deve se constituir num chamamento a todos aqueles que realmente têm um compromisso com o povo brasileiro.

É preciso que nos conscientizemos de que neste momento da vida nacional, a independência e a soberania do Brasil estão em jogo. Necessário se faz que todas as forças vivas da Nação,

sem conotação partidária — repito — se unam para defender os legítimos anseios de nosso povo.

O brasileiro é solidário e responde prontamente aos apelos que encerram interesses coletivos. Prova disso, foi a formidável ressonância que alcançou a recente campanha em favor dos flagelados do Sul.

O povo deu o exemplo. Uniu-se para enfrentar a adversidade. É preciso agora que nós, representantes do povo, também façamos da Frente Parlamentar Nacionalista, a trincheira de luta contra a espoliação do Brasil e dos brasileiros e o instrumento indispensável para reordenar a vida nacional.

Companheiros do PMDB e do PDS; companheiros do PDT, do PTB e do PT. O Brasil está chamando à responsabilidade seus filhos mais ilustres. Não o desapontemos. A Frente Parlamentar Nacionalista pede o alistamento daqueles que representam o povo e os ideais nacionais. Aceitemos o convite para o bem do povo brasileiro, da classe política, de nossas consciências e dos objetivos verdadeiramente nacionais.

Valho-me aqui da reflexão do grande parlamentar paraense, José de Alencar Furtado, na sua corajosa luta em favor do nacionalismo, quando diz:

“A situação de dependência ao capital estrangeiro funciona como dreno a sugar todo o esforço nacional. A inflação asfixia o povo, impondo um custo de vida proibitivo. A dívida interna ascende a doze trilhões de cruzeiros e a dívida externa a cem bilhões de dólares. As empresas nacionais, às portas da falência. A exportação subsidiada às custas dos sacrifícios impostos à classe trabalhadora. O Brasil hipotecado: a soberania afrontada. E o País submetido à vergonhosa fiscalização do Fundo Monetário Internacional. Estamos todos ungidos a um processo de neocolonização que fere e humilha a todos nós.

A defesa da independência e da soberania do Brasil é bandeira que não pode ser abandonada no campo de luta. Por isso desfraldemos a bandeira nacionalista, democrática e popular em nome da dignidade nacional”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Consulto à liderança do PMDB, se fará uso do horário que lhe é destinado.

O SR. RUBENS BUENO — Para os primeiros vinte minutos, com a palavra o Sr. Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Sr. Deputado Paulo Furiatti, por vinte minutos.

O SR. PAULO FURIATTI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Usando o horário da Liderança do PMDB, pretendo novamente abordar o Projeto de Emergência, elaborado pelas forças do PMDB e sintetizado pelo grande companheiro Teotônio Vilela, um grande companheiro que tem trazido à Nação brasileira a proposta para sairmos do caos, a proposta para recuperarmos a soberania nacional.

Diz Teotônio Vilela: “O Brasil vive uma crise social, econômica e política de enormes proporções. O Governo, que implementou durante quase duas décadas uma política de desnacionalização de nossa economia, está distante da Nação. Por isso mesmo, sua ação tem gerado problemas e não soluções para a sociedade brasileira. É hora de todas as forças vivas da Nação se mobilizarem organizadamente na busca de soluções urgentes.

Como atravessar esta crise que ameaça levar o país a uma convulsão social de consequências imprevisíveis? Quais as medidas urgentes para mudar esse quadro? As respostas são de natureza essencialmente política.

Há, pelo menos, três pontos que precisam ser preservados e ampliados:

1 — A soberania da nação, ou seja, a capacidade de

decidir nossos próprios caminhos e nosso destino;

2 — A dignidade do ser humano, que compreende o direito aos bens essenciais, ao emprego, saúde, a educação, moradia e a vivência plena do estado de direito;

3 — As riquezas do País, como seus recursos naturais, seu parque industrial, sua infra-estrutura física.

O modelo vigente subordina os interesses nacionais ao do capital transnacional e conduz o País a soluções que nada têm a ver com os seus problemas fundamentais. A sociedade brasileira está diante de quatro dívidas, que deverão ser enfrentadas em conjunto.

A primeira delas é a dívida externa.

O valor bruto desta dívida já atinge US\$ 100 bilhões (cerca de Cr\$ 41 trilhões).

O País não tem, tecnicamente, condições de saldar este compromisso.

A segunda é a dívida interna que já chega a Cr\$ 10 trilhões, ou 1/4 da nossa dívida externa bruta. O ritmo de crescimento dessa dívida tem sido muito elevado. O governo federal, para ampliar a captação de recursos, coloca papéis do Tesouro Nacional (ORTNs e LTNs) em volume cada vez maior.

O nível da dívida interna é de tal ordem que os papéis do governo, tradicionalmente atrativos pela sua segurança, hoje só atraem pelo nível particularmente elevado da remuneração que oferecem no mercado aberto. Se a dívida interna é paga em última análise pelos assalariados, quem dela se beneficia, no entanto, são os banqueiros e os especuladores.

A terceira é a dívida social, que atinge hoje, mais de 80 por cento da população — setores da classe média, operariado e sobretudo desempregados e subempregados da cidade e do campo.

São mais de 90 milhões de brasileiros que vivem em contínua degradação de seu nível de qualidade de vida. Deste total, cerca de 40 milhões vivem em miséria absoluta. Neste último grupo, estão 10 milhões de flagelados no Nordeste e dezenas de milhões de menores abandonados nas cidades.

A maioria absoluta da população do país não tem acesso a um emprego estável, não tem garantia de manutenção de seu salário real, não tem condições mínimas de saúde (como saneamento básico, assistência médica, etc), não tem acesso à educação, não tem acesso à terra, não conta com um sistema previdenciário nem com um sistema habitacional voltado para suas reais necessidades.

Por fim, a sociedade brasileira enfrenta a dívida política, que atinge, hoje, toda a população brasileira. As questões da participação e da democracia buscam ainda respostas concretas.

Não se vota para presidente, não se tem acesso à informação, não se decide sobre as questões cruciais do país. A cidadania plena é ainda um direito a ser adquirido, persistindo o elitismo que marginaliza a população”.

Sr. presidente, srs. deputados. A dívida externa brasileira significa a obrigação de pagar, a bancos estrangeiros, em poucos anos, cerca de 100 bilhões de dólares, riqueza esta que será subtraída da economia nacional e adicionada aos aditivos do sistema financeiro dos países ricos; os credores são bancos privados e internacionais, principalmente Bancos dos Estados Unidos e organizações financeiras do exterior, mas, como se formou esta grande dívida externa que está a sufocar o povo brasileiro?

A dívida externa brasileira era de 3,4 bilhões de dólares, em 1961; caiu em 1963, para 3,1 bilhões de dólares; em 1973, a dívida externa já chegava a 12,6 bilhões de dólares, e hoje, 19 anos depois do golpe militar contra Goulart, o Brasil deve 100 bilhões de dólares. Praticamente a metade do seu PIB. Esta extraordinária e perversa evolução foi resultante de duas causas principais que se complementaram:

uma delas foi a política econômica adotada depois de 1964, nos anos do chamado "milagre econômico", 1967 a 1973, a abertura da economia brasileira para o exterior chegou a níveis sem precedentes, ocorrendo então, marcante transnacionalização nas relações comerciais e financeiras. Desde este momento, já deveriam ter sido tomadas medidas que limitassem o endividamento externo do País. A partir de 73, os déficits da balança comercial decorrentes da elevação do preço do petróleo conjugados com o aumento da liquidez internacional derivada da disponibilidade de "petrodólares" ampliaram o volume de empréstimos que o Brasil tomava, no mercado internacional. Mas quem se beneficia da dívida externa?

Boa parte dos empréstimos externos tomados pelo Brasil beneficiou, no ato mesmo de sua obtenção, os produtores de bens de serviços importados pelo Brasil, através desses financiamentos. A política adotada pelo Governo Federal até meados da década de 70, de realizar grandes importações de equipamentos para comporem os projetos brasileiros, impediu um melhor desenvolvimento da indústria nacional, especialmente a de bens de capital, implicando numa quase total dependência tecnológica, que tem contribuído para acelerar o processo de transnacionalização de nossa economia. Criou-se um desnecessário e pernicioso grau de dependência e de insegurança, decorrente da falta de autonomia dos projetos implantados. A grande massa de empréstimos externos beneficiou também grandes empresas agroexportadoras que são predominantemente transnacionais.

Se por um lado o benefício foi dos grandes conglomerados internacionais, nós perguntamos: quem paga esta dívida?

O governo federal vem procurando sob a estrita tutela do FMI, administrar a crise decorrente do grande endividamento externo. Essa administração tem implicado na adoção de medidas extremamente prejudiciais à economia e sociedades nacionais.

A estratégia adotada está baseada em um conjunto de medidas de natureza econômica que nós ressaltamos em três ítems.

"A obtenção de superávit na balança comercial, a custo de uma drástica redução nas importações e na expectativa de uma improvável elevação das exportações. A redução do déficit público, com profundo corte nos investimentos governamentais e no dispêndio das empresas estatais. E a revisão da Lei Salarial e agora, recentemente, o famigerado Decreto nº 2045.

Diante desse quadro, impõe-se a decisão corajosa e soberana de condicionar o pagamento do serviço da dívida externa, ao volume de recursos disponíveis da economia brasileira, sem prejuízo da continuidade do nosso processo de desenvolvimento e sem impor sacrifícios desproporcionais à classe trabalhadora e ao povo brasileiro.

Para tanto, é necessário coragem nacionalista, para um período de carência de no mínimo dois anos, em todos os pagamentos ao exterior. A partir de então, iniciar-se-ia a liquidação da dívida em prazo compatível com a disponibilidade de recursos. A moratória é uma necessidade imediata. Tal decisão corajosa e soberana constitui a declaração da moratória, a ser realizada pelo governo, - com o respaldo de toda a Nação - e procedida de articulação política a nível internacional, com os países que possam manter o fluxo das importações indispensáveis, como o petróleo, ao funcionamento da economia.

Nesta linha, deverão ser buscados entendimentos e acordos bilaterais com os países árabes, africanos, latino-americanos e do leste europeu. Além disso, deve ser feita também uma articulação com os países - que como o

Brasil - estão extremamente endividados e sofrendo as conseqüências destas situações, estabelecendo-se alianças de entendimento que permite um posicionamento em bloco para fazer frente à ditadura do FMI.

Realizando com competência tais negociações políticas, poderemos tirar partido da posição conquistada, não incluindo, por exemplo, determinados débitos na moratória em troca de algum apoio eventualmente necessário, da agência financeira a ser contemplada.

É certo que a declaração da moratória implicará na redução do fluxo das importações, bem como, na necessidade de mudar determinados hábitos de consumo e bens de serviço. Implicará também, provavelmente, em medidas retaliativas por parte dos credores e dos Governos de alguns países ricos, que têm recebido grandes benefícios do crescente endividamento dos países subdesenvolvidos.

Tais dificuldades, que deverão ser enfrentadas com coragem e com serena firmeza, representarão algum sacrifício para o povo brasileiro. É necessário portanto, uma ampla e imediata articulação política a nível interno para se obter a adesão e o respaldo a essas medidas."

Em relação à dívida interna, o projeto emergência, do Senador Teotônio Vilella, basicamente, propõe:

"A substituição das ORTNs e LTNs, por "panos de guerra", com o enxugamento do mercado, condições mais adequadas de remuneração e aplicação de recursos. E aplicação claramente definida e controlada.

E em segundo lugar, profunda modificação no Imposto de Renda, tornando-o socialmente mais justo, de modo a substituir parte da dívida interna por recursos captados via imposto direto."

Em relação à dívida social, diz o projeto emergência:

"Se a dívida de cem bilhões de dólares, administrada pelo FMI, indica claramente a perda de nossa soberania e a dívida interna mostra que o Estado brasileiro serve ao grande capital e aos banqueiros, a dívida social por sua vez, torna evidente o abismo que separa o Estado da Nação. O Estado vem administrando contra o povo, apesar do povo e às custas do sofrimento da maioria, porque em sua concepção de desenvolvimento, o povo é o objeto da ação do capital.

Emprego, moradia, alimentação mínima para sobrevivência, assistência médica e educação, são algumas das necessidades básicas de que carecem mais de noventa milhões de brasileiros, enfrentando problemas, estão a merecer da sociedade soluções definitivas sob pena de, a curto prazo, fazer mergulhar o País em uma convulsão social de conseqüências imprevisíveis.

Neste imenso contingente de credores da dívida social, estão incluídos os quarenta milhões que vivem em miséria absoluta. Aí chamamos dívida social ao débito contraído pelo Estado para com todos aqueles que não desfrutam das condições mínimas necessárias à sua sobrevivência e dignidade como seres humanos.

O País precisa da retomada do crescimento, o País precisa adquirir a soberania nacional diariamente perdida através da ditadura e das concessões que o FMI tenta conseguir nesta Pátria.

O "Plano Emergência" tem como um de seus imperativos, portanto, uma Lei Salarial justa que garanta agora os reajustes: os reajustes dignos para que o trabalhador possa manter a sua dignidade; a imediata revogação das medidas recessivas mediante uma política de investimentos planejados em função de duas prioridades: o mercado interno efetivo e potencial e o emprego de toda a força de trabalho disponível. Isto se faria pela imediata criação de frentes de trabalho através de investimentos, infra-estrutura e obras públicas a nível municipal, estadual e federal; ajuda efetiva à pequena e média empresa nacional e a efetiva aplicação do Estatuto da Terra, desapro-

criando latifúndios improdutivos o que poderia proporcionar, a curto prazo, terra e trabalho para mais de seis milhões de famílias ou cerca de trinta milhões de pessoas; a definição de uma política de emprego como condição primeira e fundamental do desenvolvimento deve ser uma opção claramente administrativa e materializada em medidas concretas.

Não há verdadeiro desenvolvimento com desemprego ou às custas do desemprego. Pensar em desenvolvimento num País com pelo menos seis milhões de desempregados e quinze milhões de subempregados é primeiro pensar em criar empregos. Portanto, não é admissível que o Governo Federal se proponha a investir centenas de bilhões de dólares em projetos que geram pouquíssimo ou nenhum emprego. A dívida política precisamos resgatar e, daí, passa o compromisso da revogação da Lei de Segurança Nacional e a eleição direta para Presidente da República.

Estão assim delineados os itens de ação básicos de um "plano de emergência" para que caminhemos decisivamente na direção do resgate das quatro grandes dívidas.

Este projeto emergência há de ser uma primeira etapa para o processo de retomada de desenvolvimento do País, agora em outras bases, um processo auto-sustentado, nacional que atinja objetivos econômicos, mas que também vise ao desenvolvimento social, político e principalmente o processo democrático e, portanto, participativo, onde o bem-estar de todos os brasileiros seja a reta final. Não se trata de enfrentar questões isoladas, os problemas com a dívida externa, a dívida interna...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Liderança de Vossa Excelência lhe concedeu mais cinco minutos.

O SR. PAULO FURIATTI — ... a dívida social e a dívida política estão entrelaçadas e umas dependem das outras. A solução da dívida externa, mediante uma série de negociações e forte reorientação de investimentos públicos e privados serão fator importante para a solução da especulação financeira.

Tudo isto se fará com ampla informação ao povo e a sua participação nas decisões, inclusive no processo de escolha do futuro Presidente da República instaurando-se a base de uma sociedade efetivamente democrática. Como se vê, as questões que se colocam para a sociedade brasileira estão articuladas, e é necessário partir para uma ação em todas as frentes de modo que nossas dificuldades possam ser, de fato, superadas.

"Projeto Emergência" é antes de tudo um basta à situação em que nos encontramos, de dependência do exterior, de desenfreada especulação financeira, de agravamento da situação de milhões de brasileiros, que vivem sem o mínimo de condições, agora sem esperança de dias melhores e de perda dos direitos fundamentais da cidadania.

O desenvolvimento do mercado interno, pela satisfação das necessidades básicas de nosso povo, sejam elas econômicas, sociais, políticas e culturais, e a ênfase na política de salário justo e pleno emprego, representam uma radical mudança no modo de encarar a nossa realidade e buscar soluções para nossos problemas.

A moratória, o reordenamento do mercado financeiro interno, a política de emprego e salário, o restabelecimento das eleições diretas para a Presidência da República, são propostas que se situam no mesmo caminho de reencontro da nacionalidade e da recuperação da dignidade e da identidade dos brasileiros. Isto, não se fará sem dificuldades. Serão difíceis e penosas as negociações externas, da mesma forma que será difícil a alteração substancial do nosso sistema financeiro altamente especulativo.

Não será sem ferir interesses estabelecidos que iremos resgatar a nossa dívida social, nem a nossa dívida política. Desta vez, as classes privilegiadas terão de ser afetadas; os sacrifícios não serão mais impostos apenas à classe trabalhadora;

todos teremos de contribuir com trabalho e esforço para superarmos esta crise. Mas não há outro jeito, porque desta vez todos estamos diante de uma crise que afeta toda a sociedade. Na medida em que se firme a prioridade do desenvolvimento do mercado interno e da política de pleno emprego, será possível a definição de um conjunto de projetos e programas dos recursos financeiros, materiais e humanos, para realizá-los. Existe um campo enorme de trabalho para sairmos da crise em que nos encontramos. Será preciso coragem para este primeiro passo que é o "Projeto Emergência". Será preciso confiança em nosso futuro. Será preciso reconhecer nossa Nação e a prioridade das necessidades dos direitos dos brasileiros. Mas tudo será possível, através dos partidos, das organizações de base, das entidades representativas, das consciências de que todos atuem no sentido de exigir um programa de ações que restaure a soberania da Nação e a dignidade do ser humano. E todos de uma só vez, readquirirmos a soberania nacional e darmos um basta ao processo de entreguismo que se avoluma cada vez mais pelas mãos das nossas autoridades econômicas.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe resta.

O SR. RUBENS BUENO — Por seis minutos, usará a palavra o Deputado Adhail Sprenger Passos.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Com a palavra o Deputado Adhail Sprenger Passos, por seis minutos.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Devo concluir que estávamos afirmando no Pequeno Expediente. Dizíamos que como consequência do desmatamento da Serra do Mar e a erosão disso ocorrente, havia consequências extraordinárias para o sistema rodoviário, na Rodovia Curitiba-Paranaguá. De nada adiantam, como não estão adiantando as obras do passado. De nada adiantam as obras que pretendem construir, para conter a Rodovia Curitiba-Paranaguá. Ou mesmo, por incrível que pareça, o elevado grau atentatório ao equilíbrio geológico da região, está hoje sendo afetada de maneira considerável, sem falar do açoreamento da baía de Paranaguá, que está dificultando o acesso dos navios, aos cais deste porto, necessitando inclusive, um elevado dispêndio financeiro, para manter dragado o canal de acesso.

Quero me referir aos problemas relativos ao Porto de Antonina e ademais comentava Sua Excelência o Presidente da República naquela oportunidade, que o desmatamento da Serra do Mar estrá trazendo consequências graves ao abastecimento de água potável a Curitiba, e às outras cidades da região metropolitana da capital paranaense.

Eu estava dizendo a Sua Excelência, que tudo isso vai afetar também o problema da pesca, não só a pesca marítima, mas também toda a atividade pesqueira que se poderia desenvolver nos córregos do litoral e da própria região de Curitiba.

Sem falar no atentado às áreas de lazer que são muito amplas e variadas nessa região. Tudo isso afirmei a Sua Excelência, Sr. Presidente e Srs. Deputados, e tive a grata satisfação de ouvir de Sua Excelência que iria verificar o andamento dos processos relativos a implantação do Parque Marumbi, para que o Estado do Paraná e o Governo Federal, através dos múltiplos órgãos que atuam nesta problemática, possam efetivamente ter os instrumentos necessários para evitar esse atentado que se faz ao futuro do Paraná, que é o desmatamento da Serra do Mar. Ouvi de Sua Excelência e aqui o digo sem falsa modéstia, a afirmação que de tudo aquilo que eu estava dando ciência a ele, demonstrava que havia de minha parte, pleno e total conhecimento desta problemática.

De nada valem as obras de reconstrução, se nós não soubermos proteger a Serra do Mar, porque se ela for desmatada é que aparecerão esses problemas todos de enchentes que estão infelicitando uma boa parcela da região do Paraná, aqui em

Curitiba e no litoral paranaense.

Por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Deputados afirmou tudo isso, também ao Ministro do Interior, Ministro Andreazza e ao Ministro de Assuntos Fundiários, o General Danilo Venturini. E acrescentei mais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a necessidade de evitar-se os atentados que as Prefeituras, por exemplo de São José dos Pinhais e de Piraquara, fizeram a esta região, ao lotearem, ao estimularem especulações imobiliárias, de áreas como por exemplo o Bairro de Maria Antonieta ou o Bairro Cidade Jardim, em São José dos Pinhais, permitindo a construção intensa de casas em lotes mínimos, casas mínimas, com um elevado grau de densidade demográfica naquelas regiões baixas.

Áreas que deveriam ser destinadas a atividades não permanentes, a atividades como de recreação ativa que a população precisa, áreas que deveriam ser destinadas a outros fins que não residenciais e isto depende de uma legislação municipal e estadual, agressiva no sentido de disciplinar o uso do solo para evitar a especulação imobiliária, e para evitar atentados a ecologia da região e ao equilíbrio ecológico da região.

Tudo isso, Sr. Presidente, eu disse naquela ocasião e repito aqui, de nada valem embora eu aceite todas as medidas emergenciais para atender os flagelados das enchentes; de nada valem, mas aceito todas as obras para reconstruir, só que precisa haver uma reconstrução em novos moldes, adotando-se uma filosofia de que a natureza está à disposição do homem, mas ela responde ao homem a todo atentado que o homem faz ao equilíbrio dessa própria natureza.

Era só, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é destinado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Fará uso da palavra o eminente Deputado Aírton Cordeiro.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Com a palavra o Sr. Deputado Aírton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes mesmo da realização das eleições para indicação escolha e nomeação dos diretores das escolas públicas do nosso Estado, desta tribuna, nós denunciávamos a farsa que estava sendo preparada para o povo do Paraná e mais com o objetivo de despertar a bancada do Governo nesta Casa, para esta farsa e ainda com a intenção de poder sensibilizar os senhores Parlamentares do PMDB para um ato de fraude à vontade popular. Apresentei projeto de lei fixando eleições, efetivamente, diretas para o preenchimento de cargos de direção das escolas públicas do Paraná. Não tive, no entanto, até agora a felicidade de ver esta matéria votada por este plenário, e quando discutida sob provocação deste Deputado, ouvimos justificativas que nada justificaram; explicações que nada explicaram por parte da bancada do Governo.

Passado o processo da eleição, elaboradas as listas triplas de cada escola, fato é justo que se mencione aqui, estabelecido o pronunciamento de alguns Parlamentares do PMDB que solicitavam à Senhora Secretária de Educação, a nomeação dos diretores mais votados, mesmo depois disto, o que se presenciou com o passar dos dias, das semanas, dos atos de nomeação; foram verdadeiras manifestações absurdas na decisão secretarial, ao indicar professores menos votados, aviltando agressivamente o critério democrático que deve presidir uma eleição, porque por este critério em eleição que se possa respeitar, o mais votado também leva, também ganha, também recebe a sua diplomação.

Vieram denúncias do interior. Denúncias de Curitiba e, eu quero fazer uma outra hoje, que me parece a mais escabrosa de todas. Aconteceu num município próximo a Curitiba, na Lapa, a terra dos heróis da revolução federalista. A Lapa que tem um berço de cultura, de tradição de uma profunda raiz histórica do Paraná.

Aí, naquele pequeno município, carregado de traços tão peculiares à cultura paranaense, nós tivemos na escola "Manoel Antônio da Cunha", uma eleição que envolveu 304 eleitores da comunidade e foi elaborada a lista tríplice. A professora Lia Campanholo Mendes, dos 304 votos, pasmem senhores Deputados, recebeu a preferência de 280 eleitores, noventa e dois por cento de toda votação; o segundo professor recebeu nove votos; o terceiro, seis votos, dois por cento da votação total.

E quando vai à apreciação da Senhora Secretária de Educação do Estado, a lista tríplice que emanou da vontade popular, qual não é a nossa surpresa que a preposta do Governo José Richa, opta pelo terceiro dos três professores da lista tríplice com dois por cento de votos? Dois por cento de votos, não confundamos com dez. Dois por cento. Seis votos de 304 eleitores se preteriu a professora que recebeu 280 votos, que foram oferecidos a ela livremente, democraticamente, até como homenagem ao seu trabalho anterior na Escola Manoel Antônio da Cunha, que ela começou a dirigir a partir de sua fundação, pagando de seu bolso a matrícula para alunos carentes, vindo a Curitiba e indo à FUNDEPAR e à Secretaria da Educação, com o seu carro, com a sua gasolina, veio buscar material didático para distribuir aos alunos. Esta é a recompensa que recebe uma mestra no Governo José Richa, que no Dia do Professor, quando em campanha eleitoral, prometeu respeitar o magistério do Paraná.

É este o tratamento que o Governo Richa dá a uma professora que dedicou uma vida inteira, vinte e cinco anos não é um período de Governo, 25 anos ao magistério da Lapa e do Paraná. Para seu prêmio, o Governo institui uma "eleição", ela recebe o prêmio da comunidade, noventa e dois por cento dos votos, e segundo classificado nove por cento e o terceiro seis, a Secretária da Educação, nomeia o terceiro colocado com dois por cento dos votos.

Como é que se materializa a democracia, o processo eleitoral da democracia, se não através da vontade explícita daqueles que majoritariamente tendem por um candidato?

Mas, tinha o terceiro candidato, o de seis votos, ou o candidato de dois por cento dos votos, tinha o mérito de ser ligado ao PMDB.

E a professora Lia Campanholo Mendes de 25 anos de um magistério exemplar, tinha na sua folha, o pecado de além de ser eficiente, humana, capaz, o pecado de ser esposa de um companheiro nosso, do PDS, candidato a Vice-Prefeito no Município da Lapa.

Quem quer fazer eleição e quem quer escolher mediante eleição, tem que fazer uma abstração dos critérios políticos partidários, porque senão nós não teremos jamais, a extinção dos comandos políticos que há pouco tempo foram taxados e qualificados de famigerados, pelo Vereador José Maria de Paula Correia, do PMDB, Vereador de Curitiba, que chegou a denunciar o que ele chamou de "estalinismo", nos quadros do seu Partido, aqui no Estado do Paraná.

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Meu caro Deputado Aírton Cordeiro, que Vossa Excelência traz na tarde de hoje, à Assembléia Legislativa do Estado, não é novidade. A eleição que o Governo do Estado realizou nas escolas paranaenses foi uma verdadeira farsa. Na minha região, não foi considerado o mais votado e nem tão pouco, Deputado Aírton Cordeiro, o currículo que a Secretária da Educação tanto falou nesta Casa, falou na Rede Globo a nível nacional, que era uma inovação a redemocratização das escolas brasileiras.

Fica muito a desejar o pensamento e as palavras da Senhora Secretária.

Em Foz do Iguaçu, exemplificando o que Vossa Excelência traz também exemplo da cidade da Lapa. Entre os colégios existentes naquela cidade há um colégio especial: o antigo colégio que tem formado verdadeiros técnicos na agricultura, o

colégio "Manoel Moreira Pena", que tinha na sua direção um cidadão culto, apatidário, e de um currículo excepcional, com curso inclusive para direção de colégios agrícolas. Foi o mais votado, com uma diferença muito grande para o segundo. No entanto não foi considerado nem os votos dos estudantes, dos professores, dos pais de alunos, nem tão pouco o currículo.

Nomearam uma professora inteligente, capaz, entretanto, sem curso administrativo para administrar uma escola e com revolta na escola. Há aluno sem querer comparecer à escola, sem querer comparecer à aula. Há outros professores revoltados. Há pais que dizem e têm dito diariamente naquela cidade: "Por quê me tiraram do meu sossego com uma eleição que não é eleição?"

Nós queríamos na realidade, através desta eleição colocarmos na direção das escolas estaduais do Paraná, quem realmente tem condições de administrar uma escola".

Mas, Deputado Airton Cordeiro se nós fôssemos trazer exemplos de quase todas as escolas de nossa região, a tarde de hoje não daria para que nós trouxéssemos o testemunho da população oestina.

Fazer eleição, Deputado Airton Cordeiro, significa o mais votado assumir a posição que o povo lhe deu. Mas já que eleição não foi eleição, eu não sei o que é que foi. Ninguém sabe até hoje.

Nós esperávamos que a Sua Excelêntíssima, a Secretária da Educação, pelo menos, tivesse a lisura de ler os currículos dos professores eleitos da lista tríplice e não o fez. O que ela atendeu foi o que o PMDB de cada localidade dizia, passou pelo crivo dos Diretórios Municipal e o Sr. Líder do PMDB não tem condições de contestar porque é a realidade. Em Foz do Iguaçu realizaram uma eleição, Deputado Airton Cordeiro, com a presença de mais de 200 professores para que se escolhesse a inspetora de ensino. Uma professora que teve apenas 4 votos, em 200, que não foi sequer a quinta eleita como eles pediam na lista quíntupla, porque ela empatara com o último mais votado, com 4 votos e ela era a mais nova, conseqüentemente ela ficaria fora da lista. Mas, atendendo a um apelo do Diretório local, através do Presidente, Vereador Dobrandino que lá comparecera, o último colocado desistiu da sua eleição, passando a sexta colocada a compor uma lista quíntupla, e ela foi nomeada Inspectora Regional de Ensino. Sabe por quê, Deputado Airton Cordeiro, ela foi a nomeada? Sem curso nenhum especializado? Só porque, no Governo passado, ela fora demitida da direção de uma escola, por ter insuflado os estudantes a fazerem uma passeata contra o Governo do Estado. Se ela era da confiança do Governo, se ela sequer podia insuflar os estudantes, o que ela tinha de fazer era, apelar às autoridades constituídas, para que reformassem a escola, o seu sistema elétrico, e nada disto ela fez a não ser jogar os estudantes em uma passeata. Numa escola de mais de 2.000 estudantes, apenas 50 compareceram a uma passeata, dos quais, alguns nem estudantes eram todos há aqueles que aproveitam as ocasiões para fazerem tumulto. Está lá, Deputado Airton Cordeiro, a eleição da Professora Gilda: com quatro votos, em 200 professores, é Inspectora.

O Diretor da Escola Agrícola, respeitada e tradicional escola da região Oeste e Sudoeste do Paraná, também saiu, para que colocassem uma diretora que deixa muito a desejar. Vossa Excelência realmente faz um discurso belíssimo, traduz o pensamento dos lapeanos e dos paranaenses, porém, não trouxe novidade nenhuma porque o povo do Paraná, Deputado Airton Cordeiro, sabe muito mais do que Vossa Excelência diz desta tribuna com relação as eleições da professora Gilda.

Nós haveremos, Deputado Airton Cordeiro, de assistir a segunda etapa dessas eleições que deverá haver, segundo a professora Gilda, daqui a um ano e meio, quando serão novamente eleitos os diretores das escolas, daí quem sabe, é véspera de eleições, é hora em que se precisa do voto do povo; é a hora

em que impera mais do que tudo, a demagogia dos palanques públicos, é a hora...

O Sr. Nestor Baptista — Vossa Excelência tem experiência disso!

O Sr. Tércio Albuquerque — E Vossa Excelência, muito mais! Muito mais, Deputado Nestor Baptista, e respeite, porque Vossa Excelência não está com o direito do aparte, para falar nesta momento.

O Sr. Nestor Baptista — Mas Vossa Excelência não está respeitando...

O Sr. Tércio Albuquerque — Mas Vossa Excelência respeite!

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) (Faz soar os tímpanos)

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, peço de Vossa Excelência, que impeça esse tipo de manifestação do Deputado Nestor Baptista, que inclusive, como eventual substituto de Vossa Excelência, sabe disto, que não se comporta regimentalmente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Presidência já o fez através do soar da campainha da mesa, e solicita aos Srs. Deputados, que, ao apartarem quando tiverem o direito, o façam, regimentalmente.

Com a palavra o Deputado que se encontra na tribuna.

O Sr. Tércio Albuquerque — Deputado Airton Cordeiro, ao terminar este nosso aparte, nós desejamos que o povo do Paraná, especialmente a comunidade estudantil, não volte a ter a decepção que tiveram, a ilusão. A classe estudantil, que é o futuro do País sem dúvida alguma, que foram às urnas, que sempre gritaram contra as eleições indiretas, acabaram contribuindo para uma verdadeira farsa de uma eleição mais indireta do que as indiretas que já houveram neste País.

Obrigado e meus parabéns.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, reconheço Deputado Tércio que não trago nenhuma novidade, mas não poderia silenciar diante de um absurdo de tal grandeza.

Eu não tenho conhecimento de outro caso, de um caso similar a este, de que um professor com dois por cento dos votos, suplante na preferência da Senhora Secretária de Educação, uma professora com noventa e dois por cento dos votos, quase que a unanimidade. Isto me leva a crer, que se houvesse uma manifestação unânime, a eleição na Escola Manuel Antônio da Cunha, na Lapa, seria anulada, porque a professora Lia Mendes, teria então recebido a preferência unânime da comunidade que ali votou.

Mas, Vossa Excelência mencionou, Deputado Tércio Albuquerque, o problema dos currículos, o fato de a Secretária ignorar os currículos de muitos candidatos. Isso Sua Excelência fez até por vergonha, porque ela não tem currículo para ser Secretária da Educação do Paraná. Não sabemos com que antecedentes didáticos, pedagógicos ou profissionais, chega esta Senhora à condição de Secretária da Educação do Paraná, sucedendo pessoas ilustres e importantes deste Estado que honram a cultura do Paraná em todo o Brasil.

Então é mais do que evidente, que assim, não é possível realmente, recorrer a currículo de ninguém, para tomar esse currículo, como peça informativa, de orientação e de decisão.

Mas não fica esta mesquinha política apenas no Município da Lapa e no âmbito só da educação, não. Eu quero denunciar aqui, desta tribuna, o Prefeito da Lapa, que demitiu funcionários antigos do município, simplesmente porque são filiados ao PDS, a começar pelo Sr. Renato Lips, com 14 anos de prefeitura, mais de cinco mil votos na última eleição, enquanto o Prefeito de hoje, teve pouco mais de dois mil votos e ganhou pela sublegenda. Demitiu sem justa causa este funcionário, como demitiu outros tantos, removeu outros tantos, só porque são do PDS, esquecendo-se o Prefeito de hoje que a sua origem é a mesma daqueles que ele demitiu e deixou o nosso Partido, porque teve interesses contrariados. E foi mais além.

Afastou da direção da Fundação Hipólito Amélia Alves de Araújo, Hospital da Lapa, o Diretor do Hospital, que há oito anos ali trabalhava, em tempo integral, dirigindo-o e ao mesmo tempo sendo médico. E afastou, não de pensar os Parlamentares aqui presentes, para colocar alguém mais capaz, com maior disponibilidade, com maior eficiência. Não. Ele afastou o Sr. Darcy Costa, para nomear como diretor do Hospital Hipólito Araújo da Lapa, um médico que nem na Lapa mora, que nem na Lapa dorme para atender a sua clientela ou a clientela do Hospital. Simplesmente pelo apadrinhamento político. E não contente, reduziu a carga horária do médico, de oito para quatro horas por dia; perseguição política medíocre de alguém que só enxerga à sua frente, o ódio e a bandeira da perseguição.

Senhores Deputados, o PMDB pode roubar o cargo, pode trair o povo, mas não conseguirá destruir uma vida de trabalho. E é por esta razão que eu trago, neste momento, a minha solidariedade aos meus companheiros da Lapa e a minha homenagem aos homens, às mulheres e às crianças que, morando na Lapa, sabem que a Lapa não merece o Prefeito que tem hoje e nem merece alguns radicais que, dentro do PMDB se julgam os donos finais da "verdade derradeira".

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento).

Fica registrada a solidariedade de Vossa Excelência aos vinte funcionários estaduais que foram demitidos, porque há vinte anos...

O SR. AIRTON CORDEIRO — ... municipais, Deputado...

O Sr. Nilso Sguarezi — ... municipais, há vinte anos.

O SR. AIRTON CORDEIRO — ... seguindo o exemplo, aliás...

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência concede-me o aparte, posso continuar? (Assentimento).

Há vinte anos o mesmo agrupamento político comandou este Estado. Há vinte anos, pessoas ocuparam cargos de confiança. Ora, diretor de um hospital, nobre Deputado, como diretora de uma escola é um cargo de confiança. As diretoras das escolas, dos colégios da Lapa — se permite-me continuar — foram nomeados como cargos de confiança por Vossas Excelências durante os últimos vinte anos. Tanto, nobre Deputado, que Vossa Excelência toma a exceção pela regra. É contundente, é eloquente o discurso de Vossa Excelência como sempre, mas Vossa Excelência incorre apenas num erro: Vossa Excelência toma exceção e quer fazer regra.

O "Diário Oficial do Estado", de terça-feira última, de ontem, na página 9, publicou a nomeação dos diretores dos colégios da Lapa. De cinco colégios, quatro foram o primeiro lugar. E quando se completar a nomeação de todos os colégios do Paraná, nós vamos trazer a Plenário e mostrar de que a regra geral foi a indicação do primeiro lugar...

O SR. AIRTON CORDEIRO — Deputado Nilso Sguarezi, a regra não merece exaltação, a exceção merece recriminação. Eu quero que Vossa Excelência explique-me como é que um professor com dois por cento dos votos, seis votos de trezentos e quatro, pode suplantar um professor ou uma professora com duzentos e oitenta, noventa e dois por cento da votação...

O Sr. Nilso Sguarezi — Se Vossa Excelência permitir, vou continuar...

O SR. AIRTON CORDEIRO — Eu quero que Vossa Excelência explique-me.

O Sr. Nilso Sguarezi — Eu vou continuar... Vossa Excelência, eu não sei há quantos anos a professora Lia Mendes era diretora do Colégio Manoel...

O SR. AIRTON CORDEIRO — Desde a fundação do colégio...

O Sr. Nilso Sguarezi — Desde a fundação do colégio...

O SR. AIRTON CORDEIRO — Colégio feito, aliás, com recursos que o ex-Ministro Ney Braga ofereceu à Lapa.

O Sr. Nilso Sguarezi — Perfeito. Então, desde o tempo em que

Braga foi Ministro, esta senhora foi diretora do colégio.
O Sr. Nestor Baptista — Dona do colégio...

O Sr. Nilso Sguarezi — Não digo dona, porque muitos pensaram e acharam que eram donos do Paraná, depois o povo, quando convocado disse: vocês não são os donos...

O SR. AIRTON CORDEIRO — Eu quero ver como o Governador vai fazer para ter dona lá no colégio...

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência vai me permitir?

Então esta professora vinha há muitos e muitos anos com um "feudozinho" seu lá, comandando o colégio. Muito bem, nobre Deputado. O Colégio Dr. Manoel Pedro e Sefarin F. do Amaral, também da Lapa teve reconduzidos os seus diretores que disputaram eleições, professora Nídia Geni e Amélia Moskaleski...

O SR. AIRTON CORDEIRO — Ganharam a eleição...

O Sr. Nilso Sguarezi — Ganharam a eleição...

O SR. AIRTON CORDEIRO — Eu quero que Vossa Excelência me explique a exceção...

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite?

O SR. AIRTON CORDEIRO — Eu quero a explicação de Vossa Excelência...

O Sr. Nilso Sguarezi — Se Vossa Excelência permitir... O que vale entender é que se fosse um critério político, queimar ou impedir o pessoal ligado ao PDS, estariam eliminadas.

Porque como elas chegaram a ser diretoras do colégio? Se não eram pessoas de confiança do Governo anterior? Elas eram diretoras nomeadas pelo Governo de Vossa Excelência. Continuarão agora, porque disputaram a eleição.

O SR. AIRTON CORDEIRO — E ganharam.

O Sr. Nilso Sguarezi — Então, nobre Deputado, não aceito o argumento que Vossa Excelência me coloca, de que foi meramente o critério político-partidário.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Qual foi, então?

O Sr. Nilso Sguarezi — Eu trarei a Vossa Excelência. Porque Vossa Excelência não vai querer que eu saiba todos os detalhes no Paraná, mas vou trazer os motivos que levaram a Senhora Secretária do Estado, a não acompanhar a regra geral que foi a primeira colocada.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Eu gostaria que Vossa Excelência trouxesse...

O Sr. Nilso Sguarezi — Vou trazer. Agora, uma coisa eu asseguro, esta eleição foi para fazer uma renovação nos colégios.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa comunica ao nobre orador que seu tempo está esgotado. Concede-lhe mais um minuto para concluir.

O Sr. Nilso Sguarezi — Então, nobre Deputado, uma coisa eu sei: aquelas que se achavam donas do colégio e que, com a influência do próprio cargo, conseguiram nas eleições até umas, com fichas do PMDB já assinadas, conseguiram se colocar em primeiro, estas foram exceção à regra, porque aí não houve renovação; aí houve continuidade.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Deputado Nilso Sguarezi, eu, lamentavelmente, tenho quarenta segundos para concluir o pronunciamento. Eu esperava que o seu aparte trouxesse luz à discussão.

Mas, Vossa Excelência não encontrou nenhum argumento plausível para justificar o realmente injustificável. Porque, como diz o Deputado Luiz Alberto Oliveira, não adianta o jogo de palavras. Eu quero que Vossa Excelência dê-me uma explicação. Votaram trezentas e quatro pessoas; seis votaram no diretor indicado pela Secretária de Educação; duzentos e oitenta votaram na primeira, que foi preterida! Como é que se explica?

O Sr. Nilso Sguarezi — Porque não é obrigação de votar na primeira! É lista tríplice; ela pode optar entre os três.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Deputado Nilso Sguarezi, eu gostaria que Vossa Excelência não sofismasse e me trouxesse elementos concretos. (Sem revisão do orador).

O Sr. Nilso Sguarezi — A explicação é esta; se é lista tríplice,...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Presidência comunica que o tempo que concedeu ao ilustre Deputado, está esgotado.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, devidamente apoiado. Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO — 1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 12/83, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que estabelece redução sobre multas, juros e correção, incidentes sobre as contribuições em atraso para o IPE e CPSJ, conforme especifica. Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 17, de 21/03/83).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 12/83

SÚMULA: Estabelece redução sobre multas, juros e correção, incidentes sobre as contribuições em atraso para com o IPE e CPSJ.

O Projeto de Lei em pauta, de autoria do nobre Deputado FUAD NACLI, visa a redução das multas, juros e correção incidentes sobre as contribuições devidas por servidores inscritos no Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE, e na Carteira de Pensões dos Serventuários da Justiça - CPSJ, que se encontrem em atraso.

O projeto veio devidamente articulado e não há qualquer óbice de natureza legal ou constitucional que se lhe possa antepor.

Nestas condições, somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente

ANIBAL KHURY — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 12/83

Da lavra do eminente Deputado FUAD NACLI, o presente Plano de Lei visa a redução de multas, juros e correção monetária incidentes sobre contribuições em atraso para com o IPE e com a Carteira de Pensões dos Serventuários da Justiça, conforme especifica.

Reveste-se o Projeto de inquestionável interesse público e elevado alcance social, tendo merecido parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Reza, com efeito, o art. 49 do Regimento desta Casa: "Art. 49 — À Comissão de Finanças compete opinar sobre:

I — matéria tributária;

II — omissis;

III — quanto ao aspecto financeiro, sobre todas as proposições, inclusive aquelas de competência privativa de outras Co-

missões; salvo as de legislação orçamentária, que concorram para aumentar ou diminuir a despesa pública;

IV — omissis.

Entretanto, no que respeita à competência desta Comissão, o projeto não merece reparos, estando, desta forma, em condições de ser apreciado pelo plenário.

Parecer FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente

GABRIEL MANOEL — Relator

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 61/83, (Mensagem n.º 17/83, ex-Proposição n.º 20/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio n.º 115/82, celebrado em 12/05/82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Agricultura, Ministério do Interior e a SUDESUL, com interveniência de órgãos e objetivos que especifica. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 62/83, (Mensagem e ex-Proposição n.º 12/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo Aditivo n.º 192/82, datado de 29 de novembro de 1982, ao Termo de Cooperação Técnica e Financeira n.º 283/82, celebrado em 1.º/02/82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Umuarama, objetivando a execução do PROSAFRAS, no exercício de 1982. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 63/83, (Mensagem e ex-Proposição n.º 02/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os termos aditivos firmados em 26/08/82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, a termos de cooperação técnica e financeira, para execução do PROSAFRAS, no exercício de 1982. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 43/83, de autoria do Deputado EDGARD PIMENTEL, que denomina "COLÉGIO POLIVALENTE PEDRO BOARETTO NETO", o estabelecimento de ensino de segundo grau da cidade de Cascavel. Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E., por unanimidade. — **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 42, de 05/05/83)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 43/83

O nobre Deputado Edgard Pimentel, propõe a denominação de Colégio Polivalente Pedro Boaretto Neto, ao estabelecimento de ensino de segundo grau da cidade de Cascavel.

A matéria pode ser objeto de iniciativa de deputado e está jurídica e regimentalmente apta a atingir o seu objetivo.

Desta forma, nada havendo a opor, opinamos favoravelmente por sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 17 de maio de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente

EZEQUIAS LOSSO — Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Parecer ao Projeto de Lei n.º 43/83

De autoria do nobre Deputado Edgar Pimentel, o presente Projeto de Lei tem por finalidade denominar "Pedro Boaretto Neto, o Colégio Polivalente de ensino de segundo grau da cidade de Cascavel.

No âmbito desta Comissão de Educação, embora, segundo disposições regimentais, a matéria não atine sobre assuntos concernentes à educação e a instrução pública e particular, que

é atribuição para análise desta Comissão, opinamos favoravelmente à sua aprovação, já que, pela justificativa apresentada pelo autor, se nos afigura das mais justas a homenagem que se pretende prestar a uma figura das mais destacadas no seio da sociedade de Cascavel.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) ADHAIL SPRENGER PASSOS — Presidente
TADEU FRANÇA — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 62/83, de autoria do Deputado WERNER WANDERER, que eleva para 11 (onze) o número de Vereadores a Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon, para próxima Legislatura. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 55, de 24/05/83).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 62/83

O presente plano de lei de autoria do senhor Deputado Werner Wanderer, objetiva a elevação para onze (11), o número de vereadores da Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon.

O artigo 107, da Carta Estadual dispõe sobre a fórmula para alcançar a composição das Câmaras Municipais.

A certidão anexa ao processo, expedida pela Justiça Eleitoral, 121.^a Zona Eleitoral, de conformidade com o previsto no Art. 28, parágrafo único, da Lei Orgânica dos Municípios, demonstra que o número fixado pelo projeto corresponde a proporção legal de vez que, o referido Município conta atualmente com 33.002 (trinta e três mil e dois) eleitores.

Diante do exposto, sendo a iniciativa de competência do Deputado, tendo em vista a instrução perfeita do processo, opinamos pela aprovação do presente plano de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07 de junho de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente
GILBERTO CARVALHO — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 91/83, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI e OUTROS, que concede ao Senhor TEOTÔNIO BRANDÃO VILELA, o título de Cidadão Honorário do Paraná. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 77, de 30/06/83).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 91/83

I — De autoria do nobre Deputado PAULO FURIATTI, o presente Projeto de Lei n.º 91/83, tem por finalidade conceder o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. TEOTÔNIO BRANDÃO VILELA.

II — Nenhum óbice de natureza constitucional impede que homenagens desta natureza sejam efetuadas através de Leis oriundas do Poder Legislativo.

III — Adite-se também, que é de se louvar a iniciativa do nobre Deputado, que com o presente Plano de Lei, homenageia uma das personalidades mais marcantes da política brasileira.

IV — Com isso queremos nos solidarizar com o projeto, opinando pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02 de agosto de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente
ANIBAL KHURY — Relator

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao

Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, visando a elevação da Comarca de Foz do Iguaçu à condição de Entrância Final. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário do Interior, visando a promoção de uma política habitacional voltada para o morador das ilhas fluviais e marítimas do Estado do Paraná. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido da unificação da sistemática de prestações de contas, por parte dos municípios aos órgãos repassadores de recursos financeiros. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo estudos para o reforço da capa asfáltica da Rodovia PR-180, ligando os Municípios de Goioerê a Cruzeiro do Oeste, bem como o acesso que vai da PR-180 ao Município de Mariluz. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de aplauso à TV Paranaense, Canal 12, pela iniciativa tomada por aquele órgão de comunicação, na campanha de combate à erosão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo recursos financeiros para pagamento de combustíveis gastos na recuperação da malha rodoviária, no Município de Quinta do Sol. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pelo transcurso do 28.º aniversário da emancipação político-administrativa do Município de Goioerê, com encaminhamento da decisão aos Srs. Prefeito Municipal, Presidente da Câmara Municipal e Presidentes dos Diretórios Municipais dos Partidos Políticos daquele município. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Orlando Pesuti, Adhail Sprenger Passos, subscrito por demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado, Secretário do Planejamento e Secretária da Educação, visando a inclusão das Casas de Estudantes do Paraná, no Orçamento Geral do Estado para 1984. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo estudos no sentido da implantação da Comarca de Rio Branco do Sul. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando o asfaltamento do trecho da estrada Placa São Carlos (PR-466), até a Fazenda Juranda (PR-467), bem como da estrada que liga os Municípios de Santa Isabel do Ivaí e Umuarama (PR-082). — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário das Finanças, visando a inclusão entre aqueles beneficiados por instrução da Secretaria das Finanças de n.º 800, de 20 de julho do corrente ano, do Município de Palmas. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente

sessão, marcando outra para amanhã, quinta-feira, dia 11, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 61, 62 e 63/83.

2.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 12, 43, 63 e 91/83.

1.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 08, 10 e 13/83.

Marcando ainda uma sessão extraordinária para logo após o término da sessão ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 13 e 51/83.

Levanta-se a sessão.